



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PROCESSO Nº 23110.003395/2019-79

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS** E A EMPRESA **XXXX**.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, com sede na Rua Gomes Carneiro nº 01, Pelotas/RS, inscrito no CNPJ sob o nº **92.242.080/0001-00**, neste ato representado pelo seu Reitor, Prof. Isabela Fernandes Andrade, brasileira, portador da cédula de Identidade nº **XXXXXX**, e inscrito no CPF sob o nº 009.253.840-11, residente e domiciliado nesta cidade de Pelotas – RS, nomeado pelo Decreto de **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**, publicado em XX/XX/XXXX no D.O.U., seção XX, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXX**, CNAE nº **XXXX**, com sede na Rua **XXXX** nº **XXXX**, Bairro **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX/UF**, representada neste ato por **XXXX**, nacionalidade **XXXX**, estado civil **XXXX** inscrito no CPF sob o nº **XXXX**, portador da Cédula de Identidade nº **XXXX**, residente e domiciliado na Rua **XXXX** nº **XXXX**, Bairro **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX/UF**, denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 23110.028319/2020-18, e o resultado final do **Pregão Eletrônico nº 04/2021**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. OBJETO

1.1. Contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**, com fornecimento de uniforme completo, equipamento de proteção individual e demais equipamentos operacionais necessários para a realização das tarefas relativas ao serviço contratado, de modo a atender as necessidades da UFPel, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no termo de referência e no edital e seus anexos, por um período de 12 meses, podendo ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses conforme legislação vigente.

1.2. Cada posto terá suas atividades e horários de início, término e intervalos definidos pela UFPel, preferencialmente em planilha eletrônica, através da Equipe de Fiscalização do Contrato e do Núcleo de Gestão de Serviços Terceirizados da Superintendência de Infraestrutura, responsável pela Gestão do Contrato e registrados junto à **CONTRATADA**, podendo haver alterações conforme demanda;

1.3. A empresa contratada deve disponibilizar os postos de trabalho, conforme especificação abaixo quanto à carga horária mensal, semanal, diária e jornada semanal, sendo que os horários previstos inicialmente poderão ser alterados desde que não haja impacto econômico-financeiro e descumprimento da legislação ou Convenção Coletiva de Trabalho;

1. Vigilante (CBO 5173) - Postos de trabalho diurno (220 horas mensais, jornada em escala de 12 x 36 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, com a não concessão do intervalo intrajornada, com a adoção do pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido de 30 minutos, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho)

- Jornada de Trabalho: de segunda à domingo, inclusive feriados;
- Horário de Atendimento: 12 horas diárias, das 7:00 às 19:00, sem concessão do intervalo intrajornada mínimo de 30 minutos para repouso ou alimentação;
- Funcionários por posto de trabalho: 2 funcionários;

2. Vigilante (CBO 5173) - Postos de trabalho noturno (220 horas mensais, jornada em escala de 12 x 36 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, com a não concessão do intervalo intrajornada, com a adoção do pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido de 30 minutos, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho)

- Jornada de Trabalho: de segunda à domingo, inclusive feriados;
- Horário de Atendimento: 12 horas diárias, das 19:00 às 7:00, sem concessão do intervalo intrajornada mínimo de 30 minutos para repouso ou alimentação;
- Funcionários por posto de trabalho: 2 funcionários;

3. Vigilante Motorizado (CBO 5173) - Postos de trabalho diurno (220 horas mensais, jornada em escala de 12 x 36 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, com a

não concessão do intervalo intrajornada, com a adoção do pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido de 30 minutos, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho)

- Jornada de Trabalho: de segunda à domingo, inclusive feriados;
- Horário de Atendimento: 12 horas diárias, das 7:00 às 19:00, sem concessão do intervalo intrajornada mínimo de 30 minutos para repouso ou alimentação;
- Funcionários por posto de trabalho: 2 funcionários;

4. Vigilante Motorizado (CBO 5173) - Postos de trabalho diurno (220 horas mensais, jornada em escala de 12 x 36 horas de segunda a domingo, inclusive feriados, com a não concessão do intervalo intrajornada, com a adoção do pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido de 30 minutos, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho)

- Jornada de Trabalho: de segunda à domingo, inclusive feriados;
- Horário de Atendimento: 12 horas diárias, das 19:00 às 7:00, sem concessão do intervalo intrajornada mínimo de 30 minutos para repouso ou alimentação;
- Funcionários por posto de trabalho: 2 funcionários;

1.4. Quadro demonstrativo dos Postos de Trabalho:

VIGILÂNCIA ARMADA - PELOTAS/RS					
Vigilância Armada		1.1 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h D Pel	1.2 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h N Pel	1.3 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h D Pel	1.4 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h N Pel
Total de Postos (Contrato Atual)	21	8	13	0	0
Total Funcionários (Contrato Atual)	42	16	26	0	0
VIGILÂNCIA ARMADA - CAPÃO DO LEÃO/RS					
Vigilância Armada		2.1 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h D Cap	2.2 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h N Cap	2.3 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h D Cap	2.4 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h N Cap
Total de Postos (Contrato Atual)	13	2	3	4	4
Total Funcionários (Contrato Atual)	26	4	6	8	8
TOTAL					
Vigilância Armada		1 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h D	2 - Vigilante (CBO 5174) 12x36 220h N	3 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h D	4 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h N
Total de Postos (Contrato Atual)	34	10	16	4	4
Total Funcionários (Contrato Atual)	68	20	32	8	8

1.5. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº xxx/xxx, com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA com seus anexos;

2. DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

2.1. Quanto aos Profissionais que irão compor a força de trabalho do presente contrato, estes deverão ser rigorosamente selecionados e contratados pela CONTRATADA, a qual ficará, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o CONTRATANTE e terceiros, pelos atos por eles praticados no desempenho de suas funções.

2.2. A discriminação dos serviços está apresentada na descrição dos postos de trabalho abaixo, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

CBO	5173 - Vigilantes e guardas de segurança
Títulos	5173-30 - Vigilante
Descrição Sumária	Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.
Formação e experiência	O exercício das ocupações requer ensino médio completo, exceto agente de proteção de aeroporto e vigilante que têm como requisito o ensino fundamental. Todas as ocupações requerem formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas. Os vigilantes passam por treinamento obrigatório em escolas especializadas em segurança, onde aprendem a utilizar armas de fogo. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.

GACS - Atividades	<p>A - ZELAR PELA SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO</p> <p>A.1 - Controlar o acesso de pessoas em áreas restritas</p> <p>A.2 - Rondar as dependências do local de trabalho</p> <p>A.3 - Ligar sistemas de iluminação e equipamentos</p> <p>A.4 - Ligar cabine de força</p> <p>A.5 - Verificar o uso do epi</p> <p>A.6 - Exigir que as pessoas não fumem em locais proibidos</p> <p>A.7 - Desligar sistemas de iluminação e equipamentos</p> <p>A.8 - Desenergizar linha do metrô para proteção do usuário</p> <p>A.9 - Apartar brigas</p> <p>A.10 - Providenciar socorros médicos</p> <p>A.11 - Solicitar reparos</p> <p>A.12 - Trocar lâmpadas</p> <p>A.13 - Resgatar pessoas acidentadas na via</p> <p>A.14 - Fotografar ocorrências</p> <p>A.15 - Prevenir incêndios</p> <p>A.16 - Credenciar empresas, veículos e pessoas</p> <p>A.17 - Patrulhar áreas marítimas (fundeio, bacia de evolução, área de manobra e atracação)</p> <p>A.18 - Combater incêndios</p> <p>A.19 - Prestar primeiros socorros</p>
------------------------------	---

GACS - Atividades	<p>B - FISCALIZAR PESSOAS, CARGAS E PATRIMÔNIO</p> <p>B.1 - Vistoriar bagagens utilizando equipamento de raio x</p> <p>B.2 - Revistar pessoas</p> <p>B.3 - Revistar veículos</p> <p>B.4 - Revistar mercadorias, cargas e bagagens</p> <p>B.5 - Revistar recintos</p> <p>B.6 - Realizar varreduras</p> <p>B.7 - Monitorar áreas por equipamentos eletrônicos</p> <p>B.8 - Inspecionar a integridade das cargas</p> <p>B.9 - Conduzir infratores à delegacia</p>
------------------------------	--

GACS - Atividades	<p>C - RECEPCIONAR PESSOAS</p> <p>C.1 - Identificar pessoas</p> <p>C.2 - Entrevistar passageiros</p> <p>C.3 - Consultar a pessoa a ser visitada</p> <p>C.4 - Analisar o comportamento de pessoas</p> <p>C.5 - Abordar pessoas</p> <p>C.6 - Encaminhar pessoas</p> <p>C.7 - Acompanhar o visitante</p> <p>C.8 - Controlar a movimentação interna das pessoas</p> <p>C.9 - Auxiliar idosos, deficientes físicos e demais pessoas necessitadas</p> <p>C.10 - Recepcionar autoridades</p> <p>C.11 - Requisitar transporte</p> <p>C.12 - Entrevistar tripulação</p> <p>C.13 - Impedir a entrada de pessoas</p> <p>C.14 - Controlar o acesso de veículos</p>
------------------------------	--

GACS - Atividades	<p>D - CONTROLAR OBJETOS, CARGAS E VEÍCULOS</p> <p>D.1 - Verificar a documentação da carga</p> <p>D.2 - Conferir a mercadoria e carga</p> <p>D.3 - Apreender objetos ilícitos e irregulares</p> <p>D.4 - Acompanhar a entrega da carga dentro do local de trabalho</p> <p>D.5 - Identificar objetos achados e perdidos para devolução</p> <p>D.6 - Verificar documentação do condutor da carga</p> <p>D.7 - Solicitar remoção de cargas em locais inadequados</p> <p>D.8 - Fiscalizar o trânsito na área do porto organizado</p> <p>D.9 - Orientar o trânsito na área do porto organizado</p> <p>D.10 - Sinalizar vias de circulação interna do porto organizado</p>
------------------------------	--

GACS - Atividades	<p>E - ESCOLTAR PESSOAS E MERCADORIAS</p> <p>E.1 - Informar-se sobre o número de pessoas a serem escoltadas</p> <p>E.2 - Inteirar-se sobre a natureza da mercadoria a ser transportada</p> <p>E.3 - Traçar o itinerário a ser percorrido e rotas alternativas</p> <p>E.4 - Definir a escolta a ser utilizada</p> <p>E.5 - Avaliar condições da área de destino</p> <p>E.6 - Desviar de obstáculos e obstruções no trajeto</p> <p>E.7 - Percorrer o trajeto preestabelecido</p> <p>E.8 - Posicionar o veículo de forma a proteger o escoltado</p> <p>E.9 - Estacionar o veículo atentando para rotas de fuga</p> <p>E.10 - Adaptar percurso</p>
GACS - Atividades	<p>F - VIGIAR PARQUES E RESERVAS FLORESTAIS</p> <p>F.1 - Investigar na floresta os vestígios da ação de infratores</p> <p>F.2 - Observar focos de incêndio do alto da torre de observação</p> <p>F.3 - Localizar o foco de incêndio utilizando visada de azimuth</p> <p>F.4 - Movimentar-se em silêncio pela floresta para flagrar os infratores</p> <p>F.5 - Reprimir a pesca predatória e a caça</p> <p>F.6 - Apreender redes, facões, armas, armadilhas, gaiolas e outros</p> <p>F.7 - Socorrer a fauna</p> <p>F.8 - Embargar área em situação irregular</p> <p>F.9 - Colher sementes de árvores nativas</p> <p>F.10 - Afiar foices e enxadas</p> <p>F.11 - Limpar o acesso às fontes de água</p> <p>F.12 - Inspeccionar o estado de placas de sinalização</p>
GACS - Atividades	<p>G - MONITORAR OS PRESOS</p> <p>G.1 - Efetuar a chamada dos presos</p> <p>G.2 - Abrir a cela acompanhado de outro agente</p> <p>G.3 - Vigiar os presos em todas as atividades no presídio</p> <p>G.4 - Organizar as atividades de lazer, trabalho e religião</p> <p>G.5 - Cumprir ordens judiciais</p> <p>G.6 - Analisar correspondência dos presos</p> <p>G.7 - Participar de combates a fugas e rebeliões</p> <p>G.8 - Negociar com os presos em rebelião</p> <p>G.9 - Recolher os presos até as celas</p>
GACS - Atividades	<p>Y - COMUNICAR-SE</p> <p>Y.1 - Relatar ocorrências</p> <p>Y.2 - Interagir com órgão oficiais</p> <p>Y.3 - Prestar informações ao público</p> <p>Y.4 - Comunicar ocorrências navais e contra o meio-ambiente</p> <p>Y.5 - Catalogar a fauna e seus hábitos</p> <p>Y.6 - Solicitar a presença de autoridade competente</p> <p>Y.7 - Comunicar ocorrências de cargas irregulares</p> <p>Y.8 - Informar visitantes sobre normas de segurança</p> <p>Y.9 - Comunicar-se com a base durante a escolta</p> <p>Y.10 - Informar aos presos os direitos e deveres e as normas</p> <p>Y.11 - Comunicar à chefia suspeitas de fugas ou rebelião</p> <p>Y.12 - Comunicar-se através de gestos e sinais</p> <p>Y.13 - Informar ao preso sobre sua situação processual</p> <p>Y.14 - Participar da elaboração do plano de segurança pública portuária</p> <p>Y.15 - Preencher relatórios de ocorrências (bo)</p> <p>Y.16 - Ajustar escala de trabalho</p>

GACS - Atividades	DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS Z.1 - Demonstrar atenção Z.2 - Trabalhar em equipe Z.3 - Demonstrar autocontrole Z.4 - Demonstrar pró-atividade Z.5 - Demonstrar iniciativa Z.6 - Demonstrar capacidade de contornar situações adversas
------------------------------	---

2.3. Descrição geral das atividades dos postos VIGILÂNCIA ARMADA:

2.3.1. Controle de Acesso:

- 2.3.1.1. Receber, orientar e encaminhar pessoas aos locais desejados, sejam alunos, servidores, visitantes e prestadores de serviços quanto ao deslocamento na Instituição;
- 2.3.1.2. Prestar informação ao público sobre a localização de pessoas ou dependências da UFPel (sendo necessário conhecimento prévio, das atividades que ocorrem no prédio que este atua bem como os demais que fazem parte da instituição);
- 2.3.1.3. Abrir e fechar as portas de acesso aos prédio/campus; bem como as salas internas dos prédios;
- 2.3.1.4. Manter o quadro de chaves e controles de acesso, mantendo controle de uso e guarda de demais itens como controle remoto de equipamentos eletrônicos como ar condicionado e projetor multimídia;
- 2.3.1.5. Efetuar a ronda interna, vigiando a entrada e a saída de pessoas e bens (equipamentos/materiais) para evitar roubos, atos de violência e outras infrações à ordem e à segurança, verificando todas as dependências durante o turno de trabalho;
- 2.3.1.6. Controlar o acesso de pessoas às áreas internas dos prédios, inclusive com mecanismos de identificação (planilha de controle, sistema informatizado de acesso e crachá);
- 2.3.1.7. Impedir o acesso de pessoas não autorizadas nos locais de acesso restrito, permitindo o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- 2.3.1.8. Manter rigoroso controle de entrada e saída de pessoas e de materiais, diretamente ou com o auxílio de monitoramento por imagens, registrando em formulário próprio, quando for o caso, a identidade da pessoa, o motivo da entrada, hora de entrada e saída e a identificação do material;
- 2.3.1.9. Impedir a entrada ou saída de veículos ou materiais sem a devida autorização;
- 2.3.1.10. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instituição;
- 2.3.1.11. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
- 2.3.1.12. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;
- 2.3.1.13. Não permitir prática de vendas, divulgações, demonstrações ou outras práticas similares, relacionadas com atividades comerciais, alheia e estranha as Instituições, nas suas dependências, salvo autorização expressa da UFPel;
- 2.3.1.14. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto de trabalho e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- 2.3.1.15. Dar apoio, atendimento e assistência ao público em eventos realizados nos auditórios e demais espaços destinados a estes fins;
- 2.3.1.16. Fiscalizar o acesso de pessoas às áreas internas dos prédios da UFPel;

2.3.2. Controle de Fluxo e Prevenção de Incêndio:

- 2.3.2.1. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela Administração da Instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- 2.3.2.2. Impedir o acesso de pessoas em áreas interditadas em casos de incêndios, acidentes, obras e outras ocorrências, conforme solicitação do Fiscal do Contrato através do supervisor da contratada;
- 2.3.2.3. Não permitir e evitar aglomerações, discussões e outras irregularidades em sua área de atuação;
- 2.3.2.4. Impedir o ingresso ou permanência de vendedores ambulantes, pedintes, ou quaisquer outras pessoas não autorizadas nas áreas sob sua responsabilidade;
- 2.3.2.5. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto de trabalho, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas;
- 2.3.2.6. Inspecionar hidrantes/extintores de incêndio verificando a validade de vistoria, inspeção, casco e carga, mantendo planilhas atualizadas conforme disponibilização pela

contratante;

2.3.3. Tarefas gerais:

- 2.3.3.1. Zelar pela limpeza e conservação dos locais da prestação do serviço;
- 2.3.3.2. Atender as ordens emitidas pelo preposto, no tocante aos procedimentos de segurança adotados pela Universidade;
- 2.3.3.3. Registrar as irregularidades ou situações anormais na rotina de trabalho, anotando-as no livro de registro de ocorrências ou sistema eletrônico disponibilizado;
- 2.3.3.4. Informar imediatamente ao preposto da empresa que comunicará ao Fiscal do Contrato, sobre a guarda de objetos abandonados ou encontrados nas áreas sob sua responsabilidade, bem como registrar o fato no livro de registro de ocorrências ou sistema eletrônico disponibilizado;
- 2.3.3.5. Providenciar quando necessário, o hasteamento e arriação da bandeira nacional e demais bandeiras;
- 2.3.3.6. Comunicar imediatamente à Administração da UFPEL, bem como ao responsável pelo posto, sobre qualquer fato que comprometa o andamento dos serviços ou a segurança dos locais de trabalho e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 2.3.3.7. Comunicar-se por sinais e/ou códigos, operar rádio, interfones e sistema telefônico, redigir relatórios;

2.3.4. Patrimônio e Segurança:

- 2.3.4.1. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto de trabalho, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- 2.3.4.2. Comunicar ao Fiscal de Contrato, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;
- 2.3.4.3. Adotar os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e a manutenção da tranquilidade, a fim de percorrer toda a área, atentando para anormalidades nas rotinas de serviço e ambientes;
- 2.3.4.4. Exercer vigilância e segurança armada em todas as áreas internas ou externas dos prédios, com rondas e rotina em todas as dependências, vias de acesso, garagem e pátios, nos horários estabelecidos;
- 2.3.4.5. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- 2.3.4.6. Colaborar com as Polícias Civil, Militar e Federal nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- 2.3.4.7. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;
- 2.3.4.8. Proibir a utilização do posto de trabalho para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros, salvo com autorização escrita da UFPEL;
- 2.3.4.9. Preencher regularmente os boletins de ocorrências, relatórios de serviços e demais impressos relacionados com o controle e utilização dos espaços;
- 2.3.4.10. Orientar os serviços de carga e descarga, bem como embarque e desembarque, inclusive com auxílio de equipamentos elétricos e mecânicos como elevadores de carga e de passageiros PcD, ainda orientando a organização dos estacionamentos e demais espaços da Universidade;
- 2.3.4.11. Ligar e desligar a iluminação externa, e demais locais que se julguem necessário, assim como fechar portas e janelas em virtude da constatação de estarem abertas após a saída dos usuários;
- 2.3.4.12. Percorrer as dependências da Instituição observando também a movimentação/comportamento das pessoas;
- 2.3.4.13. Relatar avarias nas instalações, trocar baterias do rádio transmissor, checar o posicionamento das câmeras e comunicar necessidade de reparos quando necessário;
- 2.3.4.14. Apontar, ao seu preposto que deverá relatar a fiscalização, consertos necessários à conservação de bens e instalações do seu local de trabalho;
- 2.3.4.15. Verificar, quando da falta de energia elétrica, os elevadores a fim de informar a fiscalização e auxiliar a saída de pessoas retidas neles;
- 2.3.4.16. Contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados;
- 2.3.4.17. Atender situações emergenciais;

2.4. Descrição geral das atividades dos postos VIGILÂNCIA MOTORIZADA:

- 2.4.1. Os vigilantes que forem alocados para os postos móveis devem estar habilitados e capacitados a conduzir os veículos motocicleta ou automóvel, conforme o caso, para realizar as verificações de rotina e atendimento às chamadas do videomonitoramento;
- 2.4.2. Os veículos fornecidos deverão ser novos (zero quilômetro), devidamente emplacados

e licenciados, conforme especificações mínimas descritas no item Insumos e na planilha correspondente.

2.4.3. Os veículos deverão ser equipados com todos os itens obrigatórios por lei, além de sinalização luminosa tipo giroflex e caracterização como "Vigilância Motorizada";

2.4.4. Realizar a ronda motorizada, percorrendo diariamente, rotas pré-programadas de aproximadamente totalizando 60 km por dia, realizadas de forma aleatória e por demanda para garantir a segurança dos locais sob sua guarda;

2.4.5. As rotas e áreas/prédios atendidos pela Vigilância Motorizada serão informados na reunião inicial após a assinatura do contrato, conforme mapa de prédios disponível no link wp.ufpel.edu.br/terceirizados/sobre/mapa-terceirizacao

2.4.6. Os pontos de parada e eventuais alterações nas rotas e perímetros serão definidos em conjunto entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

2.4.7. Os serviços de vigilância móvel não poderão ser interrompidos em razão da manutenção dos veículos, devendo a CONTRATADA mantê-los em condições de uso e substituí-los imediatamente nos casos de revisão e manutenção;

2.4.8. Conduzir veículo do tipo motocicleta para realizar as verificações de rotina e atendimento ao chamados;

2.4.9. Os funcionários dos postos de Vigilância Motorizada deverão possuir, no mínimo, CNH categoria A, e curso de direção defensiva (20 horas) com o seguinte Conteúdo Programático:

- Conceito
- Condições adversas
- Como evitar acidentes
- Cuidados na direção e manutenção de veículos
- Cuidados com os demais usuários da via
- Estado físico e mental do condutor
- Normas gerais de circulação e conduta
- Infrações e penalidades
- Noções de respeito ao meio ambiente e de convívio social no trânsito: relacionamento interpessoal e diferenças individuais

2.4.10. O serviço de Vigilância Motorizada é caracterizado como serviço de ronda ostensiva interna ao campus, e, portanto, deve realizar abordagens durante o seu deslocamento quando necessário para a segurança do patrimônio e das pessoas, inclusive em caso de segurança própria;

2.4.11. Comunicar os órgãos de polícia quanto a quaisquer ocorrências constatadas, bem como comunicar o Núcleo de Segurança da UFPel;

2.4.12. O serviço de Vigilância Motorizada será realizado sempre em duplas por questões de segurança, salvo em situações de risco que exija o deslocamento individual;

2.4.13. Os serviços de Vigilância Motorizada não deverão ser interrompidos por falta de combustível ou em razão da manutenção dos veículos, devendo a contratada mantê-los abastecidos e substituí-los imediatamente nos casos de revisão e manutenção.

2.4.14. A CONTRATADA deve fornecer todo o equipamento necessário à operacionalização dos postos de trabalho de vigilância móvel, incluindo veículos, manutenção, equipamentos obrigatórios, cursos obrigatórios e demais capacitações para atendimento satisfatório dos postos de trabalho;

2.4.15. Deverá ser observado o uso de Equipamentos de Proteção Individual de uso obrigatório, conforme descrito na planilha de Custo e Formação de Preço. tais como:

- Bota motociclista
- Capacete motociclista
- Caneleira motociclista
- Colete proteção motociclista
- Cotoveleira motociclista
- Joelheira motociclista
- Luvas motociclista

2.4.16. A contratada deve fornecer todo o equipamento necessário à operacionalização dos postos de trabalho de Vigilância Motorizada, incluindo motocicleta, manutenção, combustível, equipamentos obrigatórios e demais capacitações para atendimento satisfatório dos postos de trabalho;

2.4.17. O veículo motocicleta deverá ser novo, com ano/modelo no mínimo do ano corrente da proposta, do tipo "Trail/Of Road" com potência mínima de 160 cc, sistema de freios a disco, partida elétrica, e que atenda as normas de proteção ambiental;

2.4.18. O veículo motocicleta deverá ser na cor preta, identificado como "VIGILÂNCIA MOTORIZADA";

2.4.19. A contratada deverá responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas decorrentes das infrações cometidas e também por qualquer dano ou prejuízo causado pelos funcionários do Monitoramento Motorizado.

2.5. **Descrição geral das atividades dos PREPOSTOS** que tem por finalidade organizar e distribuir força de trabalho, para isso deve:

- 2.5.1. Possuir noção de segurança do trabalho;
- 2.5.2. Coordenar e supervisionar as atividades descritas no presente Termo de Referência e no contrato firmado;
- 2.5.3. Organizar, distribuir, designar e alocar a força de trabalho para os locais da prestação do serviço;
- 2.5.4. Organizar as folgas, e serviços dos finais de semana dos funcionários, garantindo o descanso semanal obrigatório, distribuição e organização de folhas ponto e coleta de Ponto Eletrônico;
- 2.5.5. Fazer cumprir rigorosamente as escalas de serviço, com pessoal devidamente uniformizado e higienizado, assíduo, pontual e disciplinado no serviço;
- 2.5.6. Realizar o efetivo controle do contingente de Profissionais sob sua supervisão;
- 2.5.7. Controlar a documentação dos funcionários quanto a Certificados dos cursos obrigatórios e sua validade, bem como a validade e certificação de armamento, colete balístico e demais equipamentos;
- 2.5.8. Manter relação de funcionários contendo Telefone Residencial, Telefone Celular, WhatsApp, E-mail e Endereço para quando haja necessidade de comunicação;
- 2.5.9. Transmitir aos funcionários alocados na prestação do serviço, orientações relacionadas à execução do mesmo, através de cartilha de responsabilidade da empresa contratada e orientações disponibilizadas em <https://wp.ufpel.edu.br/terceirizados>;
- 2.5.10. Elaborar de planilhas de efetividade, conferência de folhas ponto e demais documentos, inclusive em sistemas informatizados, relacionados a frequência e efetividade dos profissionais vinculados ao contrato;
- 2.5.11. Receber atestados, planejamento de férias, substituição de funcionários faltosos, de acordo com a demanda de serviços apresentada pela UFPel;
- 2.5.12. Fornecer orientações sobre os procedimentos e tarefas adotados pela Universidade, de modo a garantir a perfeita execução dos serviços;
- 2.5.13. Ter conhecimento em informática, especialmente em planilhas eletrônicas, editor de textos, sistemas de internet;
- 2.5.14. Ter conhecimento integral do Contrato de Serviços a ser supervisionado, inclusive todas as atribuições dos demais postos de trabalho;
- 2.5.15. Entregar e receber as folhas de ponto, ou coleta de ponto eletrônico biométrico dos funcionários alocados na prestação dos serviços;
- 2.5.16. Reportar-se ao Fiscal do Contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção de qualquer falha detectada;
- 2.5.17. Ser responsável pela entrega dos uniformes aos funcionários alocados na prestação do serviço, bem como encaminhar ao Fiscal do Contrato os comprovantes de entrega;
- 2.5.18. Controlar a utilização dos uniformes dos funcionários, mantendo-se sempre em bom estado de utilização e adequado ao clima.
- 2.5.19. Ser responsável pela entrega, controle e orientação de utilização dos EPIs aos funcionários, manutenção dos equipamentos quanto à higiene e condições de uso.
- 2.5.20. Ser responsável pela entrega dos contracheques aos funcionários alocados na prestação do serviço até o 5 dia útil do mês de pagamento;
- 2.5.21. Atender às solicitações da Contratante, bem como prestar as devidas informações referentes à quantidade e qualidade do material utilizado na execução do serviço;
- 2.5.22. Cumprir e fazer cumprir, pelos ocupantes dos postos, as diretrizes e normas disciplinares da Administração, dentro dos limites impostos pelo contrato e pela legislação;
- 2.5.23. Orientar e atentar para que todos os ocupantes dos postos deem a todas as pessoas, de forma indiscriminada, tratamento adequado, respeitoso e atencioso;
- 2.5.24. Receber as observações e determinações do Fiscal do Contrato, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão de obra contratada.
- 2.5.25. Avaliar o desempenho dos funcionários sob sua supervisão;
- 2.5.26. Advertir os empregados, quanto ao desempenho correto e postura no cumprimento de suas tarefas;
- 2.5.27. Suprir os locais da prestação do serviço com material de controle (Planilhas e Livros de ocorrência) e conferir o funcionamento dos equipamentos e instalações;
- 2.5.28. Repassar as normas de segurança aos profissionais sob sua supervisão;
- 2.5.29. Conhecer todos os procedimentos pertinentes às atividades dos porteiros e recepcionistas;
- 2.5.30. Registrar em Livro de Ocorrências e por e-mail, à equipe de fiscalização <fiscal.vigilancia@ufpel.edu.br> e gestão do contrato <terceirizados@ufpel.edu.br>, todas as ocorrências consideradas relevantes;

2.6. Além das tarefas e atividades previstas para cada Cargo/Função, os profissionais que atuarão na prestação do serviço contratado deverão cumprir com as seguintes obrigações:

- 2.6.1. Cumprir a jornada e escala de trabalho, observando pontualmente os horários de entrada e saída de cada turno;

- 2.6.2. Registrar corretamente no Ponto os horários fieis das jornadas e escalas de trabalho executadas;
- 2.6.3. Manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 2.6.4. Não abandonar o posto de serviço em nenhuma hipótese;
- 2.6.5. Apresentar-se ao trabalho com crachá, uniforme e EPI exigido e com boa apresentação pessoal, cabelos e barbas aparados e limpos, com aparência pessoal adequada e calçados limpos e/ou engraxados;
- 2.6.6. Adotar postura adequada às funções, evitando conversas paralelas, distrações diversas, inclusive causadas por conversas em telefones celulares;
- 2.6.7. Comunicar ao Supervisor através de documento ou formulário digital, as falhas observadas nos equipamentos, para proporcionar a adoção das providências de conserto, bem como todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do CONTRATANTE;
- 2.6.8. Preencher regularmente os boletins de ocorrências, relatórios de serviços e demais formulários relacionados com o controle e utilização de equipamentos, materiais e produtos no desempenho das suas funções;
- 2.6.9. Zelar pela guarda, conservação dos equipamentos e seus acessórios, de acordo com as normas estipuladas pelo fabricante e normas internas da contratante;
- 2.6.10. Não preparar ou fazer refeições fora do horário próprio para refeições;
- 2.6.11. Sempre utilizar equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), em consonância com a legislação e normas de segurança do trabalho;
- 2.6.12. Impedir a utilização do local de trabalho, para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores alheios ao setor, de empregados ou de terceiros;
- 2.6.13. Cumprir e fazer cumprir as Normas de Segurança da Contratante e da Contratada;
- 2.6.14. Acionar de imediato, quando necessário, o corpo de bombeiros, socorro médico e demais unidades de socorro, por telefone e prestar os primeiros socorros às possíveis vítimas;
- 2.6.15. Interpretar documentos ligados ao seu posto de trabalho;
- 2.6.16. Participar de reuniões técnicas e de relacionamento humano sempre que convocados pelos seus superiores;
- 2.6.17. Agir com discrição e manter sob sigilo os assuntos inerentes às Diretorias, Departamentos e Coordenadorias, ou em relação aos servidores e demais pessoas que atuam nestes;
- 2.6.18. Solucionar situações emergenciais, dentro de sua atribuição e área de atuação, que não haja condições de levar o problema até seu superior;
- 2.6.19. Executar as atividades próprias da função constantes deste Termo de Referência e outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade;
- 2.6.20. Cuidar e preservar o patrimônio público durante o desempenho das suas atividades (edificações e equipamentos);
- 2.6.21. Cuidar, preservar e buscar informações sobre a atuação adequada em locais onde sua tarefa coincidir com espaços utilizados com pesquisas acadêmicas;
- 2.6.22. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na execução de suas funções;
- 2.7. **Para todas as funções do contrato, não serão aceitos o acúmulo de funções, inclusive de preposto (de responsabilidade da CONTRATADA), sendo estas funções exclusivas;**
- 2.8. Todos os profissionais contratados pela empresa deverão possuir os seguintes pré-requisitos:
- 2.8.1. Ensino médio completo;
- 2.8.2. Ter idade mínima de 18 anos completos;
- 2.8.3. Comprovar inexistência de antecedentes civil e criminal;
- 2.8.4. Possuir noções de informática;
- 2.8.5. Ter boa comunicação verbal.
- 2.9. Todos os profissionais deverão ter os cursos mínimos exigidos para cada função desempenhada, conforme a necessidade de cada posto de trabalho;
- 2.10. Todas as ocupações requerem formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas. Os vigilantes devem passar por treinamento obrigatório em escolas especializadas em segurança, onde aprendem a utilizar armas de fogo.
- 2.11. Todos os profissionais contratados pela empresa deverão receber, em até 30 dias da assinatura do contrato, cursos de capacitação referentes às atribuições dos cargos, podendo ser verificado aspectos específicos pela fiscalização do contrato, conforme segue:
- 2.11.1. Curso de Primeiros Socorros;
- 2.11.2. Curso de Combate a Incêndios;
- 2.11.3. Curso de Ética e conduta profissional;
- 2.11.4. Curso de Atendimento ao público;

2.11.5. Curso Instrumental de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (60 horas); *O prazo deve ser acordado na reunião inicial de implantação, podendo ser superior a 30 dias do início da execução contratual, limitado a 180 dias de prazo total;

2.12. Todos os profissionais devem demonstrar as seguintes capacidades:

- 2.12.1. Redação própria e caligrafia legível;
- 2.12.2. Polidez e proatividade no atendimento;
- 2.12.3. Auto-organização e Iniciativa;
- 2.12.4. Comunicabilidade;
- 2.12.5. Criatividade prezando os princípios da responsabilidade e moralidade;
- 2.12.6. Cortesia e o bom relacionamento interpessoal;
- 2.12.7. Responsabilidade;
- 2.12.8. Dinamismo;
- 2.12.9. Equilíbrio emocional;
- 2.12.10. Trabalho em equipe;
- 2.12.11. Agir com bom senso;
- 2.12.12. Relacionar-se com superiores e subordinados;
- 2.12.13. Manter-se atualizado tecnicamente;
- 2.12.14. Comunicar-se com eficiência;
- 2.12.15. Demonstrar educação;
- 2.12.16. Manter postura;
- 2.12.17. Demonstrar honestidade;
- 2.12.18. Demonstrar asseio;
- 2.12.19. Demonstrar atenção;
- 2.12.20. Demonstrar espírito de equipe;
- 2.12.21. Demonstrar paciência;
- 2.12.22. Manter autocontrole;
- 2.12.23. Organização;
- 2.12.24. Ter capacidade de tomar decisões;
- 2.12.25. Demonstrar prestatividade;
- 2.12.26. Aplicar normas de combate ao incêndio;
- 2.12.27. Estar atualizado;

2.13. A CONTRATADA deverá aplicar demais cursos que julgar necessário ao bom desempenho do serviço, bem como zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório de EPI – Equipamento de Proteção Individual, quando for o caso;

2.14. É exigência das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego que os serviços sejam prestados por profissionais capacitados;

2.15. As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Sem prejuízos a demais normas regulamentadoras e orientações do ministério do trabalho quanto a segurança e saúde do trabalho;

2.16. Cabe às empresas licitantes avaliar os custos referentes aos treinamentos e capacitações, não cabendo à administração imputar os custos referentes aos treinamentos e capacitações, pois no caso de empresas que possuem profissionais para capacitar o pessoal o custo é muito distinto de uma capacitação externa, bem como, poderá a licitante apresentar profissionais já capacitados;

2.17. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção dos profissionais no quadro da empresa;

3. DA REFERÊNCIA PARA REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

3.1. REFERÊNCIA PARA REMUNERAÇÃO

3.2. Os salários devem no mínimo, expressar o piso salarial da categoria, proporcionalmente à carga horária contratada, firmado em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, desta forma, a referência para remuneração e os benefícios apontados no Termo de Referência e na Planilha de Custo e Formação de Preço foi estabelecida conforme o Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores de Pelotas que abrange os serviços de vigilância armada;

3.3. Assim, o salário-base deve expressar, no mínimo, a tabela, apresentada a seguir:

Salários proporcionais à carga horária, conforme CCT	
Item - Cargo (CBO) Escala - Carga Horária - Turno	Salário base
1 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h D	R\$ 1.500,40
2 - Vigilante (CBO 5174) 12x36 220h N	R\$ 1.500,40
3 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h D	R\$ 1.500,40
4 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h N	R\$ 1.500,40

3.4. REFERÊNCIA PARA BENEFÍCIOS

3.5. Para os benefícios diários e mensais tais como auxílio transporte, auxílio alimentação, assistência médica, seguro de vida, auxílio creche (lista não exaustiva) deverão ser tomadas como base os Acordos e Convenções Coletivas pactuados entre Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Rio Grande do Sul (087.004.982/0001-78) e o Sindicato Profissional dos Vigilantes, Empregados de Empresas de Segurança (91.561.860/0001-50), visto que trata-se dos sindicatos (patronal e empregados) aos quais as empresas de terceirização de Vigilância se vinculam;

3.6. Considerando o disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, é vedado à Administração fixar nos atos convocatórios **os benefícios, ou seus valores, a serem concedidos pela contratada aos seus empregados, devendo adotar os benefícios e valores previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, como mínimo obrigatório, quando houver;**

"INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017

ANEXO VII-B DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

2.1. É vedado à Administração fixar nos atos convocatórios:

b) os benefícios, ou seus valores, a serem concedidos pela contratada aos seus empregados, devendo adotar os benefícios e valores previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, como mínimo obrigatório, quando houver;"

3.7. De acordo com a CCT o auxílio alimentação deve ser repassado aos empregados, antecipadamente até o dia 10 de cada mês, devendo ser observadas todas as cláusulas relativas ao benefício;

"[...] CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO Aos empregados representados pelo sindicato profissional que firma a presente CCT - Convenção Coletiva do Trabalho, durante o tempo de sua vigência, será concedida alimentação/refeição por dia de efetivo serviço de sua escala quando em jornada diária igual ou superior a 360´ (trezentos e sessenta minutos), através do PAT.

[...]

§ 2o. A refeição/alimentação, aqui prevista, poderá ser satisfeita através do fornecimento de refeições junto a empregadora, junto ao tomador dos serviços, ou junto a terceiros, com custo equivalente ao abaixo ajustado. Vedando-se a substituição por lanche. Poderá, ainda, ser satisfeita com o fornecimento de vales-alimentação e/ou refeição, créditos em cartões magnéticos para este fim, ou qualquer outro sistema que corresponda ao benefício instituído por esta cláusula. Se este benefício já estiver sendo concedido considera-se cumprida à disposição desta cláusula.

§ 3o. Qualquer que seja a modalidade de satisfação do benefício aqui instituído, o empregado participará do seu custeio com valor correspondente a 20% do seu custo, pelo que, ficam seus empregadores, desde já, autorizados a proceder ao desconto deste valor nos salários dos seus empregados que receberem este benefício.

§ 4o. O benefício ora instituído não tem natureza salarial. Estabelecem, assim, que esse benefício não se reflete e nem serve como base de cálculo para qualquer outra parcela salarial ou remuneratória, tais como, hora normal, horas extras, adicional noturno, hora reduzida noturna, 13º salário, férias, aviso prévio, indenização adicional, etc

[...]

§ 6o. O benefício aqui previsto, quando devido, e quando não concedido através do fornecimento de refeição, deverá ser concedido mensalmente, num intervalo não superior a 30 (trinta) dias, em uma única oportunidade, em relação a cada empregado, até dia 10 de cada mês.[...]"

3.8. De acordo com a CCT o vale transporte deve ser repassado aos empregados, antecipadamente e até o último dia do mês, devendo ser observadas todas as cláusulas relativas ao benefício;

"[...] CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - VALE TRANSPORTE As empresas se obrigam a conceder a seus empregados, que requererem anualmente e por escrito, mensal e antecipadamente, num intervalo não superior a 30 (trinta) dias, em uma única oportunidade em relação a cada empregado, vale-transporte (físicos ou por cartões magnéticos) na quantidade necessária ao seu deslocamento de ida e volta ao serviço até o próximo fornecimento. A sobra de créditos (não utilizado) de VT em um mês pode ser compensada pela empresa em mês seguinte.

§ 1o. O vale-transporte segue custeado pelo beneficiário, no valor equivalente a 6% (seis por cento) do seu salário básico mensal, independentemente da escala que cumprir, a quantidade de passagens que utilizar, ou a forma que receber o benefício, tíquete, cartão magnético, cartão combustível, pecúnia ou forma equivalente. [...]"

3.9. A necessidade mensal de vale-transporte deverá ser considerando conforme os dias trabalhados de cada posto de trabalho, conforme **Planilha de Custo e Formação de Preço**, podendo a contratante dimensionar a quantidade total de vale-transporte de acordo com as experiências em contratos atuais ou anteriores com a Administração Pública, visto que é comum não haver adesão na sua totalidade, por parte dos colaboradores;

3.10. O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado), conforme orientado na nota explicativa da IN SEGES Nº 05/2017, devendo ser glosado o valor relativo aos insumos e benefícios não recebidos pelos funcionários terceirizados, conforme já apontado no ACÓRDÃO 2799/2017 - PRIMEIRA CÂMARA;

3.11. A Administração realizará o desconto do valor do auxílio transporte proporcional aos colaboradores que não solicitarem o referido auxílio, assim, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, até o quinto dia útil do período subsequente, compondo a documentação de faturamento, comprovante dos funcionários que tenham optado por receber o auxílio transporte;

3.12. O desconto será calculado em planilha específica que tomará a diferença entre o valor dos postos com vale transporte e o valor dos postos sem vale transporte; Esses valores serão multiplicados pela quantidade de colaboradores de cada cargo/função que não recebem vale transporte;

3.13. Ressaltamos a obrigação da empresa em arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei no 8.666, de 1993.

4. DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

4.1. Quanto a previsão de Adicional de Insalubridade e/ou Periculosidade foi verificado os percentuais relativos aos cargos previstos nos Acordos e Convenções Coletivas pactuados entre Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Rio Grande do Sul (087.004.982/0001-78) e o Sindicato Profissional dos Vigilantes, Empregados de Empresas de Segurança (91.561.860/0001-50), no qual os cargos em tela estão contemplados apenas com Adicional de Periculosidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE As empresas passaram a pagar aos seus empregados vigilantes, os assim definidos pela Lei 7.102/83 e pelos Decretos 89.056/83 e 1.592/95, a partir de 1º de fevereiro de 2013, o adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) previsto pela Lei 12.740/12. Este mesmo adicional passou a ser devido a partir de 1º de fevereiro de 2014 aos empregados das empresas especializadas em prestação de serviços de segurança e vigilância que desempenham funções externas de supervisão e fiscalização destas mesmas empresas junto a vários clientes.

§ 1o. Reafirmam que o adicional de periculosidade passou a ser pago aos vigilantes em substituição ao adicional de risco de vida previsto nas Convenções Coletivas do Trabalho anteriores, conforme previsão das mesmas e expressa autorização da Lei 12.740/12, que introduziu o § 3º do artigo 193 da CLT. Ficou assim expressamente extinto o direito ao valor do adicional de risco de vida aos vigilantes a partir de 01.02.2013.

§ 2o. As entidades signatárias adotam a regulamentação da Lei 12.740/12, estabelecida pela Portaria 1885 de 02- 12-13 para empresas e empregados de empresas autorizadas a funcionar pela Lei 7.102/83.

§ 3o. Existem critérios distintos quanto à forma de pagamento do adicional de periculosidade, entretanto, independentemente de como o pagamento será efetuado, o adicional de periculosidade incidirá exclusivamente sobre as seguintes parcelas:

a) Salário mensal (nele incluídos os pagamentos dos repousos ou

descansos semanais remunerados e feriados);

b) Salário das horas trabalhadas do horista (nele incluídas tão somente as horas trabalhadas);

c) Descanso Semanal, Repouso Semanal, DSR – Descanso Semanal Remunerado, e RSR – Repouso Semanal Remunerado de horistas;

d) DSRF – Descanso Semanal Remunerado e Feriado ou RSRF – Repouso Semanal Remunerado e Feriados de horistas;

e) Feriados de horistas;

f) Horas Extras propriamente ditas;

g) Horas laboradas em Feriados sem folga compensatória;

h) Horas Reduzidas Noturnas, Horas Noturnas ou Reduzida Noturna = horas decorrentes do cômputo da jornada reduzida noturna;

i) Adicionais Noturnos;

j) 13º. Salário;

k) Férias e abono;

l) FGTS;

m) INSS; e,

o) Aviso Prévio trabalhado.

§ 4o. O adicional de periculosidade não incide sobre gratificações, ajudas de custo, prêmios, distribuição de lucro, parcelas indenizatórias e nem sobre qualquer parcela de natureza não salarial.

§ 5o. O adicional de periculosidade previsto pela Lei 12.740 de 08/12/2012, e inciso II do artigo 193 da CTL, não é devido aos trabalhadores que executam as atividades de Auxiliares de Serviços Patrimoniais, Auxiliares de Segurança Privada, Porteiros, Vigias, Zeladores e similares.

§ 6o. Reconhecido o direito a percepção do adicional de periculosidade por algum trabalhador que percebe adicional de risco e/ou adicional de risco de vida, ele deixará de perceber estes adicionais e os valores que percebeu através destes títulos deverão ser compensados com o que for devido a título de adicional de periculosidade.

5. DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS E ADICIONAL NOTURNO

5.1. Considerando a jornada de trabalhos dos postos de trabalho previstos nesta contratação, alguns postos terão a incidência constante de adicional noturno, conforme definido a seguir;

5.2. DO ADICIONAL NOTURNO

5.2.1. O cálculo do adicional noturno, traz legalmente a previsão de pagamento de hora reduzida, conforme consta no DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO):

"SEÇÃO II - DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.

(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)"

[...]

SEÇÃO IV - DO TRABALHO NOTURNO

Art. 73. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.666, de 1946)

§ 1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.666, de 1946)

§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.666, de 1946)

§ 3º O acréscimo, a que se refere o presente artigo, em se tratando de empresas que não mantêm, pela natureza de suas atividades, trabalho noturno habitual, será feito, tendo em vista os quantitativos pagos por trabalhos diurnos de natureza semelhante. Em relação às empresas cujo

trabalho noturno decorra da natureza de suas atividades, o aumento será calculado sobre o salário mínimo geral vigente na região, não sendo devido quando exceder desse limite, já acrescido da percentagem. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.666, de 1946)

§ 4º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o disposto neste artigo e seus parágrafos. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.666, de 1946)

§ 5º Às prorrogações do trabalho noturno aplica-se o disposto neste capítulo. (Incluído pelo Decreto-lei nº 9.666, de 1946)"

5.2.2. Na Planilha de Custo e Formação de Preço - PCFP, para cada posto de trabalho, há o cálculo do posto em si, baseado nos moldes da Instrução Normativa nº 05/2017 e Instrução Normativa nº 7/2018 do Ministério do Planejamento, e nas mesmas planilhas de postos é apresentado o cálculo baseado no valor do salário hora do cargo/função, com os devidos impactos dos Módulos que compõem a PCFP;

5.2.3. Os valores apresentados na Planilha de Custo e Formação de Preço no que diz respeito às horas noturnas são calculados com base no salário-hora reduzido, computado como 52 minutos e 30 segundos;

5.2.4. Analisando as condições dos postos noturnos, as horas noturnas laboradas pelos funcionários são habituais, dessa forma, o adicional noturno será pago com habitualidade e assim integra o salário do empregado, visto que, em cada turno de trabalho, o mesmo labora uma quantidade fixa de horas noturnas consideradas de 52min30seg;

5.2.5. Neste sentido temos a Súmula nº 60 do TST, inciso I, estabelecendo que o adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos;

"SÚMULA Nº 60 DO TST

ADICIONAL NOTURNO. INTEGRAÇÃO NO SALÁRIO E PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 6 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

I - O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos. [...]"

5.2.6. Considerando que o adicional noturno pago com habitualidade integra o salário para todos os efeitos, o mesmo comporá a remuneração mensal do funcionário que labora no regime 12x36 noturno, conforme redação da Súmula nº 60 do TST e do parágrafo único do art. 59-A da CLT, ainda, a remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado;

"CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ADICIONAL NOTURNO O trabalho em horário noturno será remunerado com o adicional de 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor da hora normal diurna. O adicional noturno, e a hora reduzida noturna, serão computados a partir de 22h00 de um dia até as 5h do dia seguinte conforme previsto no § 1º do artigo 73 da CLT

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REDUÇÃO LEGAL DA HORA NOTURNA As horas decorrentes da contagem reduzida noturna integrarão para todos os fins os somatórios de horas laboradas no mês para fins de apuração de horas extras, ou seja, serão pagas como extras as horas que ultrapassarem o total mensal de 190h 40minutos, após abatidas as 7h 20 minutos dos meses de 31 dias. § Único: Em decorrência do cômputo da redução legal da hora noturna, e o previsto nos parágrafos 1º e 2º do art. 73 da CLT, consigna-se que no período das 22h às 5h resultam 8 horas, conseqüentemente, para este período, devem ser pagas 8 (oito) horas de adicional noturno."

5.3. SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

5.3.1. A presente contratação NÃO prevê a prestação de serviços extraordinários por demanda, para atendimento de eventos institucionais como formaturas, simpósios, etc;

"CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO

Dentro do espírito do previsto pelo inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, em que a duração do trabalho normal é de 8 (oito) horas diárias, e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, esclarecem, fixam e adotam o total de 190horas e 40minutos como a duração do trabalho normal mensal, facultada a compensação de horários na forma prevista nesta norma coletiva.

§ 1o. Adotam como limite normal mensal de efetivo serviço o total de 190h40min (cento e noventa horas e quarenta minutos), porque, se numa semana o trabalhador deverá trabalhar 7h 20minutos em 6 dias para cumprir as 44h semanais, previstas na constituição, se ele trabalhar as mesmas 7h 20 minutos nos 26 dias úteis mensais (média anual) ele terá trabalhado as 190h e 40minutos.

§ 2o. Para a apuração do limite mensal de horas efetivamente trabalhadas, mencionado nesta cláusula, nos meses de 31 dias, do somatório serão deduzidas 7h20minutos.

§ 3o. As horas laboradas além do limite mensal de 190h40minutos

deverão ser pagas como horas extras com 50% de acréscimo.

§ 4o. Em atenção ao disposto no artigo 59 da CLT, ficam os empregadores desde já autorizados a acrescer à duração normal do trabalho diário de seus empregados até duas horas suplementares na forma ali prevista.

§ 5o. As partes convencionam que o trabalho da mulher poderá ser prorrogado sem o descanso prévio de 15 (quinze) minutos, e sem que deste fato resulte qualquer direito além da contraprestação ao período efetivamente trabalhado.

§ 6o. As partes convencionam que os Vigilantes de Segurança Pessoal Privada e os de Escolta, em razão das particularidades de suas funções, ficam expressamente excluídos das limitações legais quanto a frequência e jornadas de trabalho, garantido o pagamento das horas laboradas, como extra as excedentes ao limite mensal de 190h40minutos."

5.4.

TROCA DE UNIFORME – ADICIONAL

"CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TROCA DE UNIFORME – ADICIONAL

É de entendimento das partes que firmam este instrumento que o conjunto de concessões que vem sendo concedidas ao longo dos anos aos vigilantes, satisfazem o tempo que eventualmente possam e/ou pudessem dispendir para a troca do uniforme e, considerando que a matéria tem sido objeto de demandas judiciais que ameaçam a estabilidade da relação entre empresas e empregados, e a exemplo do que já foi feito em relação a outros títulos e verbas, as partes resolvem disciplinar o tema na forma aqui expressa.

§ 1o. Consignam que os únicos itens do uniforme do vigilante que não podem ser usados de forma ostensiva, visível a terceiros, fora do local de trabalho, são:

I - apito com cordão;

II - emblema da empresa; e,

III - plaqueta de identificação do vigilante.

§ 2o. Consignam que normalmente os vigilantes já saem de casa para o trabalho, e do trabalho para casa, usando todos os itens do uniforme. Os itens do parágrafo anterior normalmente sob um abrigo qualquer, entretanto, quando assim não ocorre, vão usando as demais peças do uniforme.

§ 3o. Consignam que a colocação dos itens do uniforme, identificados no parágrafo primeiro desta cláusula, assim como sua retirada, não demanda mais do que 5 minutos a cada vez. Esta afirmação está respaldada por laudo pericial realizado pela empresa especializada "PERITOS Judiciais", que concluiu que: "As aferições demonstraram que o disciplinamento nas normas coletivas sobre a troca de uniforme corresponde a realidade, ou seja, em média, os vigilantes dispendem menos do que 5 minutos para se uniformizarem", conclusão esta expressamente acolhida pelas partes como verdadeira.

§ 4o. Consignam que em geral a colocação e retirada destes itens do uniforme ocorrem no curso da jornada de trabalho, início e fim, nem antes, nem depois.

§ 5o. Considerando que o tempo para troca, ou complementação, do uniforme é tão pequeno que, quando ocorre antes ou depois da jornada de trabalho, este tempo está abrangido pela tolerância prevista pelo § 1º do artigo 58 da CLT.

§ 6o. Considerando que alguns vigilantes percebem por mais horas do que efetivamente laboram, portanto, estas horas que percebem a mais seriam suficientes para compensar eventual tempo para troca de uniforme.

§ 7o. Embora todo o aqui exposto, a bem de evitarem futuras controvérsias judiciais, quanto a esta matéria que poderia desestabilizar a relação entre empresas e empregados, resolvem:

a) fixar como tempo total necessário para colocação e retirada do uniforme para vigilantes, numa jornada de trabalho, não mais de 10 minutos, 5 minutos para colocar e 5 minutos para retirar;

b) este tempo não se constitui como tempo de serviço para nenhum fim;

c) estes 10 minutos serão remunerados, por dia de efetivo serviço, na razão de 1/6 (um sexto) do valor da hora normal do vigilante, acima identificada, ou seja, num valor hora de R\$ 6,58 os 10 minutos corresponderão a R\$ 1,10 (um real e dez centavos) por dia de efetivo serviço;

d) o valor acima ajustado refletirá no adicional de periculosidade, nos repousos semanais remunerados, nas férias, no décimo terceiro salário, no FGTS, no INSS e em todas as demais parcelas das

tabelas de encargos sociais;

e) este valor não se refletirá na base de cálculo de qualquer outra parcela, tais como, valor da hora normal, valor da hora extra, valor do adicional noturno, etc...; e,

f) o aqui ajustado não representa e nem representará reconhecimento de qualquer direito passado aos vigilantes a este título;

§ 8o. O estabelecido nesta cláusula se aplica, única e exclusivamente, aos empregados que desempenham as funções de vigilante, a partir da data da assinatura deste instrumento.

§ 9o. Convencionam as partes que o aqui estipulado não se confunde com o eventual tempo de rendição do colega fora de sua jornada de trabalho, com a prestação de horas extras, propriamente ditas e nem com o tempo previsto pelo inciso § 1o do artigo 58 da CLT, limitando-se a remunerar, tão e somente, o tempo de troca de uniforme, compreendendo-se este como aquele em que o vigilante coloca ou retira o seu uniforme de trabalho."

6. DO INTERVALO INTRAJORNADA

6.1. Considerando a [LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017](#) que altera a [CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT](#):

"SEÇÃO II - DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)"

[...]

SEÇÃO III - DOS PERÍODOS DE DESCANSO

Art. 66 - Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

Art. 67 - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Parágrafo único - Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.

Art. 68 - O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

Parágrafo único - A permissão será concedida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos, cabendo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de 60 (sessenta) dias.

Art. 69 - Na regulamentação do funcionamento de atividades sujeitas ao regime deste Capítulo, os municípios atenderão aos preceitos nele estabelecidos, e as regras que venham a fixar não poderão contrariar tais preceitos nem as instruções que, para seu cumprimento, forem expedidas pelas autoridades competentes em matéria de trabalho.

Art. 70 - Salvo o disposto nos artigos 68 e 69, é vedado o trabalho em dias feriados nacionais e feriados religiosos, nos termos da legislação própria. [\(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 1º - Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração

ultrapassar 4 (quatro) horas.

§ 2º - Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

§ 3º O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.

§ 4º A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

§ 5º O intervalo expresso no caput poderá ser reduzido e/ou fracionado, e aquele estabelecido no § 1º poderá ser fracionado, quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais de trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a remuneração e concedidos intervalos para descanso menores ao final de cada viagem. (Redação dada pela Lei nº 13.103, de 2015) (Vigência)

Art. 72 - Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho."

[...]

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

6.2. Considerando ainda a previsão em Convenção Coletiva de Trabalho:

"CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - INTERVALO REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Considerando as especificidades dos serviços executados por empresas e trabalhadores representados pelos sindicatos que firmam esta CCT, independentemente de acordo escrito entre empregador e empregado, estabelecem que o intervalo para repouso e alimentação previsto pelo artigo 71 da CLT deverá ser de pelo menos 30 (trinta) minutos até o máximo de 2h (duas horas).

§ 1º. Por expressa previsão legal consignam que se o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos não for gozado, ele deverá ser indenizado, ou, se gozado parcialmente, deverá ser indenizado o período que faltar para os 30 minutos, sempre com base no valor da hora normal acrescida de 50%.

§ 2º. Consignam expressamente, por ser de conveniência dos próprios empregados e por questões de segurança, que os intervalos de alimentação e repouso que deveriam ser gozados, quando assim não for possível e nem recomendado afastamento do mesmo do local de trabalho por questões de segurança, o intervalo mínimo deverá ser remunerados com adicional de 50%, evitando-se, assim, terem que sair e ingressar nos estabelecimentos que estão laborando.

§ 3º. O(s) período(s) gozado(s) de intervalo durante a jornada de trabalho não serão computados como jornada de trabalho.

§ 4º. A não concessão ou a concessão parcial do intervalo mínimo, para o repouso e alimentação implica no pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.

§ 5º. O início do intervalo para repouso ou alimentação poderá ocorrer, a critério do empregador entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada ou, de comum acordo entre os empregados de um mesmo estabelecimento, evitando que mais de um goze do intervalo no mesmo horário.

§ 6º. Nas prestações de serviços de vigilância em agências bancárias o gozo da hora intervalar diurna deverá ocorrer no período compreendido entre as 10h e as 15h.

§ 7o. Considerando as especificidades da natureza dos serviços prestados pelas empresas e trabalhadores representados pelos sindicatos que firmam a presente CCT ajustam que o intervalo de repouso e alimentação de que trata o artigo 71 da CLT pode ser fragmentado em períodos não inferiores a 30(trinta) minutos.

§ 8o. As partes expressamente reconhecem e afirmam a conveniência dos termos desta cláusula, sendo de particular interesse dos empregados, conforme decidido em assembleias gerais da categoria.

§ 9o. Considerando as especificidades da natureza dos serviços prestados pelas empresas e trabalhadores representados pelos sindicatos que firmam a presente CCT; considerando que na prática os trabalhadores que executam jornadas de 6h gozam intervalos informais para ir ao banheiro, beber água, lanchar, etc...; considerando que o gozo formal dos intervalos não integra a jornada de trabalho; considerando que o gozo formal do intervalo de 15 minutos em jornadas de 6h resultam jornadas de 5:45h; considerando que jornadas de 5:45h não fazem jus a alimentação prevista nesta CCT; a bem de atender os interesses dos trabalhadores que cumprem jornada de trabalho de 6h consideram cumprida a previsão contida no § 1o. do artigo 71 da CLT, sem o gozo formal de 15 minutos, se as empresas remunerarem as 6h e concederem o benefício da alimentação.

§ 10o. Desde que não ocorra oposição por escrito do trabalhador, fica autorizada a adoção de jornadas de trabalho sem o gozo do intervalo intra jornada, oportunidade em que deverá ser pago o intervalo na forma do artigo 71, parágrafo 4o da CLT.

§ 11o. Considerando a especificidade dos serviços de segurança e vigilância, fica permitido, independentemente de acordo escrito entre empregador e empregado, que o intervalo entre turnos da mesma jornada de trabalho, possam ser superior a 2h (duas horas) até o máximo de 4h (quatro horas), exclusivamente para os trabalhadores que executam serviços de rendição para descanso e alimentação."

6.3. Considerando as peculiaridades do serviço de Vigilância Armada, considerando a permissão para implementação de intervalo intrajornada mínimo de 30 minutos trazida pela CCT com amparo na CLT, ainda, por ser de conveniência dos próprios empregados e por questões de segurança, os intervalos de alimentação e repouso que deveriam ser gozados, mas não recomendado afastamento do mesmo do local de trabalho por questões de segurança, o intervalo mínimo deverá ser remunerado com adicional de 50%, evitando-se, assim, terem que sair e ingressar nos estabelecimentos que estão laborando, nesta contratação de serviço de Vigilância Armada, fica definido a não concessão do intervalo intrajornada para os postos 12x36 diurnos e noturnos com a adoção do pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido de 30 minutos, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho;

6.4.

7. REGISTRO DE PONTO

7.1. **Aparelhos Registradores Eletrônicos de Ponto Biométrico** que devem atender a especificação prevista em legislação (Portaria MTE 1.510/2009 e demais aplicáveis). Desde 01 de março de 2011 é exigido pelo Ministério do Trabalho que, empresas que registram o ponto de seus funcionários de maneira eletrônica, utilizem relógios de ponto homologados. Além disso, os relógios devem ser aprovados pelo INMETRO para garantir que registrem fielmente as marcações de ponto;

7.1.1. Funcionamento:

7.1.1.1. O relógio de ponto biométrico identifica o trabalhador pela leitura da impressão digital ou quando não for possível concluir pela impressão digital, por uma senha digitada no teclado;

7.1.1.2. Registra a marcação de ponto na memória;

7.1.1.3. Imprime o comprovante do trabalhador;

7.1.1.4. Permite exportar marcação de ponto para tratamento através do software de controle de ponto;

7.1.1.5. O Ministério do Trabalho e Emprego fiscaliza os equipamentos para registro eletrônico de ponto, coletando as marcações registradas na memória do equipamento através de um pendrive, conectado à porta USB do relógio;

7.1.1.6. Todos os documentos fiscais deverão ser assinados digitalmente, evitando cópias e falsificações, em especial no recibo do colaborador;

7.1.1.7. Comunicação criptografada impossibilitando que um software não autorizado se comunique com o relógio de ponto;

7.1.1.8. Sistema de detecção, que bloqueia o funcionamento do equipamento, caso haja tentativa de violação.

7.1.2. Os equipamentos serão instalados, no local em que os serviços serão prestados, a serem definidos pela Gestão do Contrato em conjunto com a Superintendência de Infraestrutura, podendo haver alteração durante o contrato;

7.1.3. Os pontos eletrônicos devem estar em funcionamento até o início da prestação de serviços, com todos os funcionários cadastrados e com testes realizados para que a operação possa iniciar no primeiro dia de prestação de serviço;

7.1.4. O Registro deve ocorrer necessariamente do dia 01 ao dias 28,29,30 e 31 de cada mês, não sendo permitido o registro de 16 a 15 ou de 21 a 20 de dois meses subsequentes;

7.1.5. Novos postos de trabalho implementados no decorrer da execução contratual deverão ser também contemplados com aparelhos registradores eletrônicos de ponto biométrico;

7.1.6. Os locais de instalação dos aparelhos registradores eletrônicos de ponto biométrico estão definidos na Planilha de Custos e Formação de Preço, mais especificamente nas abas [Pelotas] e [Capão do Leão] com apresentação dos prédios e respectivos endereço;

7.1.7. A contratante disponibilizará pontos de rede elétrica nos prédios para a instalação dos aparelhos registradores de ponto eletrônico, contudo, não disponibilizará pontos de rede lógica e internet, ficando a coleta de dados de responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada;

7.2. Considerando a Portaria 373 do MTE, fica permitido a implantação de **sistema alternativo eletrônico de controle de jornada de trabalho** que atenda a Portaria 373 do MTE de forma alternativa à Portaria nº 1510/2009/MTE, cabendo apresentação de documentação com a proposta e esclarecimentos, e posterior análise e manifestação da UFPel quanto a compatibilidade, atendimento dos objetivos e legalidade, bem como manutenção das funcionalidades propostas pelo sistema alternativo apresentado, devendo, caso fracassado, retornar ao sistema inicialmente proposto no Termo de Referência (Ponto Eletrônico Digital Biométrico), independente da aplicação do Instrumento de Medição de Resultados e Sanções pertinentes;

"CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - REGISTRO DE PONTO

As empresas poderão utilizar, para registro de jornadas de trabalho de seus empregados, papeleta de serviço externo, cartão ponto, livro ponto, cartão magnético, sistema eletrônico de controle de ponto. Facultado, também, a utilização do registrador eletrônico de ponto, sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, ou sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de rádio transmissor, estas últimas possibilidades conforme previsto pela Portaria n.º 373, de 25/02/2011, servindo a presente cláusula como expressa autorização para adotá-los.

§ 1o. Os registros de ponto deverão ser individuais e preenchidos pelo empregado, sob pena de serem considerados nulos, ficando estabelecido que para o registro de uma mesma jornada de trabalho só poderá ser utilizado um instrumento.

[...]

§ 12o. Fica autorizada, pelo presente Instrumento Normativo, a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados por telefone e/ou rádio transmissor, pelas empresas abrangidas por esta Norma, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador.

§ 13o. O horário que deverá ser anotado nos controles é o de efetiva entrada e de saída do trabalhador. O empregado não poderá alegar qualquer irregularidade nas jornadas de trabalho que consignar em seus registros de horário, salvo de houver vício de vontade. § 14o. Ficam as empresas autorizadas a utilizar APP para registro de ponto através de aparelhos celulares dos empregados, desde que não lhes gerem nenhuma despesa, e sem que com isto gere qualquer direito ao empregado."

7.3. Até 30 dias do início da prestação de serviços, a empresa deve apresentar um relatório circunstanciado consolidado da implantação do sistema de controle de ponto alternativo, bem como demonstrar que possíveis falhas apontadas pela equipe de fiscalização período foram sanadas, inclusive com funcionamento correto até o final do período inicial de 30 dias;

7.4. A partir do período inicial de 30 dias, caso a análise da UFPel seja desfavorável a manutenção do sistema proposto, a empresa terá 30 dias para instalar 100% dos registradores de ponto eletrônico biométricos e treinar 100% dos colaboradores vinculados ao contrato, de modo que estejam aptos para iniciar as atividades com registro de ponto no sistema inicialmente proposto em edital de forma satisfatória sem falhas, podendo ser penalizado também pelas falhas deste sistema, caso o registro seja realizado de forma inesperada, ineficiente, irregular, etc.

7.5. **Metas de utilização do sistema proposto:**

7.5.1. Compatibilidade legal, em especial a **Portaria nº 373/2019/MTE de forma alternativa à Portaria nº 1510/2009/MTE** mantida durante toda a vigência do contrato;

7.5.2. Disponibilizar na nuvem a **Autorização por Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho da categoria** disponível em tempo hábil para iniciar os serviços em 10/09/2020;

7.5.3. Período ampliado para 90 dias de "teste" para aceitação final, **caso não atenda satisfatoriamente, caberá retorno ao ponto eletrônico previsto em contrato a partir do dia 01/01/2021;**

7.5.4. **Utilização de georreferenciamento permitindo determinar a localização exata de 100% dos colaboradores no momento do registro de ponto**, para comprovar que o funcionário estava no posto de trabalho no horário combinado.

7.5.5. **O sistema de registro de ponto deve estar sempre disponível para os colaboradores**, identificar a empresa e o funcionário no registro de ponto e possibilitar, por meio da central de dados, a extração eletrônica e impressa do registro fiel das marcações de ponto, devendo o equipamento estar permanentemente disponível para o auditor fiscal do trabalho, não podendo, em

hipótese alguma, alterar ou excluir os dados registrados por seus funcionários;

7.5.6. Autorização, à equipe de gestão e fiscalização do contrato, de acesso ao sistema em tempo real para consultas aos pontos de toda equipe e aos registros do aplicativo para visualização do georreferenciamento do ponto dos agentes, organizados por prédios, desde o primeiro dia de contrato, com permissão para geração de relatórios;

7.5.7. **Termo de aceitação dos funcionários no momento da contratação**, comprometendo-se a utilizar este método, uma vez que utilizará equipamento próprio;

7.5.8. **Capacitação específica aos colaboradores para instalação e utilização da ferramenta de registro de ponto**;

7.5.9. **Alinhamento da carga horária conforme planilha de distribuição de postos e funcionários** (inclusive dos deslocados provisoriamente, devendo ajustar novamente quando retornarem a seus postos e horários iniciais);

7.5.10. Classificação por **departamentos (Pelotas e Capão do Leão) e centro de custo (Prédios)** para refletir a organização conforme planilha de distribuição de postos e funcionários nos prédios; Este item deve ser avaliado pois não há no sistema coluna para filtrar por centro de custo, devendo avaliar se o sistema pode ser ajustado, ou os prédios deverão ser cadastrados como **departamentos** e os municípios cadastrados como **locais**;

7.5.11. Configuração para visualização da equipe de fiscalização, **na aba "alerta de dispositivos" alertas de batida ímpar, atraso, falta, localização divergente ao local do posto**. Inicialmente este alerta poderá ir para o e-mail da fiscalização, mas se no próprio sistema aparecer nos **"alerta de dispositivos"** podemos dispensar o envio por e-mail;

7.5.12. **Ajustar justificativas dos pontos e bloquear competência até o 2º dia útil do mês subsequente** para que a fiscalização possa gerar relatório baseado nos espelhos ponto "fechados";

7.6. **Cabe destacar que a contratante não disponibilizará pontos de rede lógica e internet, ficando a transmissão de dados de responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada;**

7.7. Os documentos e e-mails enviados pela contratada compõem integralmente a proposta ajustada, desta forma, o descumprimento de quaisquer dos itens ajustados, ensejará a aplicação de Instrumento de Medição de Resultados, independente de Sanções cabíveis e demais itens de IMR referentes à atrasos e ausências;

8. DAS FÉRIAS

8.1. A empresa contratada deve enviar mensalmente à CONTRATANTE, previamente ao período de gozo de férias, o demonstrativo do período (escala) de gozo de férias dos empregados, devendo informar aos responsáveis dos prédios onde os serviços são executados até 7 (sete) dias antes da substituição, de forma que a fiscalização do contrato possa acompanhar/fiscalizar o deslocamento desse suplente para este atendimento;

8.2. Quando das férias do funcionário titular do posto, deve-se substituir com no mínimo 01 (um) dia de antecedência ao gozo das férias, uma vez que o serviço não pode sofrer descontinuidade do atendimento e demanda conhecimento do local de trabalho e das atividades realizadas naquele prédio, devendo ainda ocorrer a efetiva visita ao local de trabalho e acompanhamento do serviço no dia anterior ao início do serviço, juntamente com o porteiro que ali atua, acompanhado do supervisor da empresa;

8.2.1. A entrega do aviso de concessão de férias observará o previsto no artigo 135 da CLT;

8.2.2. Os valores referentes às férias e respectivos terços deverão ser pagos, impreterivelmente, até dois dias antes do correspondente gozo;

8.3. As férias dos empregados deverão, quando possível e respeitando a legislação trabalhista, coincidir com o período de férias acadêmicas da Universidade, ocasião em que a demanda pela prestação dos serviços reduz sobremaneira.

8.4. A Universidade reserva o direito de optar pela substituição ou não do empregado titular do posto durante o seu afastamento por motivo de férias;

8.5. Caso a opção seja pela não substituição do funcionário, os valores constantes na planilha de custos e formação de preços referente ao pagamento das férias e respectivos encargos do empregado substituto serão **descontados/glosados** da fatura da Contratada e liberados da conta vinculada, na devida proporção;

9. DO UNIFORME

9.1. A empresa contratada deverá fornecer a seus funcionários, no início do contrato, em entrega única, TODO O UNIFORME referente ao primeiro período (12 meses), sendo que a entrega total deverá ser anterior ao início da execução do contrato;

"CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - UNIFORME

§ 2o. O uniforme dos vigilantes do sexo masculino é composto de calça, camisa, gravata, sapato (ou coturno), japona (ou similar) e quepe (ou similar), este quando utilizado.

§ 3o. O uniforme dos vigilantes do sexo feminino é composto de saias (saias calças, calças ou vestidos), camisa, blusa, gravata, calçado, japona (ou similar) e quepe (ou similar), este quando utilizado. § 4o. Fica expressamente definido que as meias não fazem parte do uniforme.

[...]

§ 10o. Considerando que o uso de uniforme evita despesas com a roupa

do trabalhador; considerando que o trabalhador é o responsável pela higienização de sua roupa; considerando que a higienização do uniforme dos trabalhadores representados pelo sindicato profissional que firma a presente não exige nenhum cuidado especial ou diferente que o da roupa do dia a dia, ajustam para todos os fins que ao trabalhador nada é, ou nem lhe será, devido pela higienização de seu uniforme. Assim sendo a higienização e conservação do uniforme é de responsabilidade exclusiva do empregado. O aqui disciplinado se sujeitará ao que possa vir ser objeto de lei que discipline a matéria."

9.2. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.3. Fornecer Uniforme em quantidade suficiente, no mínimo o estipulado para cada item por período (12 meses), e providenciar sua substituição completa a cada prorrogação contratual, se houver, e assim sucessivamente.

Exemplo: Data de início da execução do contrato em 01/09/2020, a primeira entrega deverá acontecer até 31/08/2020 e a segunda entrega deverá acontecer até 31/08/2021, e assim sucessivamente, caso haja prorrogação contratual;

9.4. Não haverá possibilidade de entrega fracionada/parcelada, tampouco prorrogação de prazo de entrega total dos itens previstos, sendo aplicado o Instrumento de Medição de Resultados em caso descumprimento da entrega;

9.5. O uniforme deverá ser entregue ao empregado com a devida comprovação mediante recibo nominal detalhado assinado pelo empregado, documento este que deverá ser apresentado à contratante, no prazo de 05 dias úteis a contar da entrega;

9.6. O valor atribuído aos uniformes não poderá ser repassado aos funcionários contratados, devendo este ser de total responsabilidade da empresa;

9.7. A contratada deverá entregar a quantidade total estipulada na proposta vencedora, caso isso não ocorra, a contratante deverá glosar o valor referente aos itens não entregues, podendo ainda aplicar as penalidades previstas contratualmente;

9.8. Fornecer Uniforme NOVO (podendo ser exigido comprovação mediante apresentação de Notas Fiscais), completo, contendo Boné, Calça, Calçado, Camisa Manga Curta, Camisa Manga Longa, Casaco/Blusão, Cinto, Jaqueta de inverno e Meias, adequado a cada estação do ano, de forma a garantir o bem estar dos funcionários;

9.9. Roupagem confortável, de fácil lavagem, que proporcione ao usuário conforto para uso prolongado. Os uniformes devem ser pensados para uso continuado pelo usuário, de forma a serem fornecidos em quantidade suficiente para uso diário bem como para uso nos diferentes climas (inverno e verão);

9.10. O uniforme deverá ser nas cores estipuladas pela UFPel (podendo sofrer alterações a pedido da contratante);

9.11. Os uniformes deverão ser confeccionados em tecidos laváveis, transpiráveis, resistentes, com boa solidez ao cloro e à luz, baixo percentual de encolhimento e desbote e, ainda, deverão conter o logotipo da empresa, o qual deverá guardar harmonia com a discricção e a boa estética, estando sujeitos a prévia aprovação do CONTRATANTE, devendo enviar registro fotográfico dos itens de uniforme propostos logo após a assinatura do contrato, para validação por parte da contratante, podendo ainda ser recusado quando da fiscalização in loco dos itens disponibilizados ao colaboradores;

9.12. Os Uniformes devem ser adequados ao bem-estar dos funcionários, inclusive aos profissionais com necessidades especiais (gestantes, sobrepeso, PcD conforme pela Portaria 2.344/2010 da Secretaria dos Direitos Humanos, etc);

9.13. No caso de desgaste prematuro ou quando danificado no uso de suas atribuições a empresa deverá substituir os uniformes imediatamente independentes da data em que foram fornecidos aos funcionários;

9.14. A relação e o detalhamento de **Uniforme** a ser obrigatoriamente fornecido para os postos de trabalho está disciplinado no **Anexo - Planilha de Custo e Formação de Preço**;

9.15. A alteração ou substituição de itens de uniforme por motivo de adequação ao serviço ou adequação tecnológica deverá ser solicitada formalmente à contratante.

9.16. O detalhamento do uniforme a ser obrigatoriamente fornecido segue abaixo:

Item	Descrição do Item	Especificação	Quantidade por funcionário para 12 meses
1	Boné	Boné em cor escura, com regulagem em velcro, com logomarca da empresa.	1
2	Calça	Calça tipo cargo, em tecido Terbrim, na cor preta, com dois bolsos laterais, antialérgica, adequada à prestação do serviço, com cortes adequados a cada profissional, masculino ou feminino;	3
3	Calçado	Calçado tipo coturno, em couro, cano alto, com fechamento em cadarço, com solado de borracha com Certificado de Aprovação válido no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ou órgão equivalente	2
4	Camisa Manga Curta	Camisa manga curta, em cor clara, com bolsos frontais, com lapelas em cor escura nos bolsos e nos ombros, com cortes adequados a cada profissional, masculino ou feminino; deve possuir a logomarca da empresa em tamanho e local visíveis (no peito, à esquerda);	2
5	Camisa Manga Longa	Camisa manga longa, em cor clara, com bolsos frontais, com lapelas em cor escura nos bolsos e nos ombros, com cortes adequados a cada profissional, masculino ou feminino; deve possuir a logomarca da empresa em tamanho e local visíveis (no peito, à esquerda);	2
6	Casaco/Blusão	Blusa/blusão/pulôver de lã em cor escura, decote V, com cortes adequados a cada profissional, masculino ou feminino; deve possuir a logomarca da empresa em tamanho e local visíveis (no peito, à esquerda);	1
7	Cinto	Cinto tipo social, em couro sintético de cor escura	1
8	Jaqueta de inverno	Jaqueta de frio, forrada e confeccionada em nylon 100% impermeável de boa qualidade, acolchoadas, em tecido de algodão e poliéster com zíper frontal, para condições de frio intenso, com cortes adequados a cada profissional, masculino ou feminino; deve possuir a logomarca da empresa em tamanho e local visíveis (no peito, à esquerda);	1
9	Meias	Meias escuras 100% algodão	2

9.17. Considerando a dificuldade das empresas licitantes quanto ao estipulado para compor o uniforme, disponibilizamos uma imagem referência para balizar o entendimento sobre o item uniforme;



10. MEDIDAS DE PROTEÇÃO

10.1. A hierarquia das medidas de proteção é definida por medidas: coletivas, administrativas e individuais;

10.2. Prioritariamente devem ser adotadas medidas de proteção coletiva. Trata-se de técnicas e conhecimentos adotados de forma a reduzir os riscos existentes em um determinado ambiente e que vão beneficiar todo o grupo de trabalhadores ali presentes. Tomando o exemplo da exposição ao ruído, tratamentos acústicos que diminuam o nível de pressão sonora no ambiente irão beneficiar a todos e são um exemplo de uma medida de proteção coletiva;

10.3. Adicionalmente, medidas administrativas podem fazer com que, mesmo exposto a um determinado risco, o trabalhador tenha reduzida a possibilidade de agravos a sua saúde devido ao curto tempo de exposição. Tomando novamente por base o exemplo do ambiente com pressão sonora elevada, se determinado trabalhador desenvolve suas atividades num ambiente com nível de pressão sonora de 88 db(A), situação onde o limite de exposição diária é de 4 horas, mas sua jornada nestas condições se limita a 2 horas, em função de revezamento com outros trabalhadores por determinação da empresa, pode-se considerar que ocorre a redução do risco de perda auditiva deste trabalhador. Neste caso, o revezamento imposto pela empresa, de tal forma a minimizar o tempo de exposição do trabalhador ao ruído, resulta em medida administrativa de proteção.

10.4. Elaboração de procedimentos seguros de trabalho como, por exemplo, a adoção de Análise Preliminar de Risco (APR) constitui medida administrativa de prevenção. Não obstante, apenas medidas administrativas nem sempre são capazes de solucionar o problema. Mesmo utilizando-se dessas técnicas, enquanto as medidas de proteção coletivas e administrativas não forem suficientes ou estiverem em fase de implantação, outras barreiras devem ser empregadas para evitar a exposição do trabalhador a situações de risco;

10.5. Desta forma, dentre as medidas de proteção individual, o Equipamento de Proteção Individual (EPI) consiste na última alternativa para auxiliar na proteção do trabalhador. Importante salientar que o fato de ser a última medida na hierarquia das medidas de proteção não significa que o EPI seja menos importante que as demais medidas (coletivas e administrativas).

10.6. Ressalte-se que o principal motivo para priorizar outros tipos de medidas de proteção é o fato de que as medidas de proteção individual pressupõem uma exposição direta do trabalhador ao risco, sem que exista nenhuma outra barreira para eliminar ou diminuir as consequências do dano caso ocorra um acidente.

11. DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

11.1. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) são quaisquer meios ou dispositivos destinados a serem utilizados por uma pessoa contra possíveis riscos ameaçadores da sua saúde ou segurança durante o exercício de uma determinada atividade. Um equipamento de proteção individual pode ser constituído por vários meios ou dispositivos associados de forma a proteger o seu utilizador contra um ou vários riscos simultâneos;

11.2. O uso destes tipos de equipamentos só deverá ser contemplado quando não for possível tomar medidas que permitam eliminar os riscos do ambiente em que se desenvolve a atividade;

11.3. Os EPIs são ferramentas de trabalho que visam proteger a saúde do trabalhador, reduzindo os riscos decorrentes da exposição aos diversos riscos. O uso de EPI é uma exigência da legislação trabalhista brasileira através de suas Normas Regulamentadoras;

11.4. O não cumprimento poderá acarretar em ações de responsabilidade cível e penal, além de multas aos infratores;

11.5. O fornecimento dos EPI fica condicionado ao laudo dos riscos ambientais, conforme avaliação técnica estabelecida pelo PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) elaborado pela própria empresa contratada a qual deve fornecer e responsabilizar-se pela distribuição e uso dos EPI, cumprindo as disposições da Consolidação das Leis de Trabalho atinentes à Segurança e Medicina do trabalho, a NR-6 aprovada pela Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho.

11.6. A empresa contratada deverá fornecer a seus funcionários, em entrega única, TODOS os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) referente ao primeiro período (12 meses), sendo que a entrega total deverá ser anterior ao início da execução do contrato, conforme legislação atinente, com respectivo CA (Certificado de Aprovação) atualizado, conforme a exigência de cada função e posto de trabalho, mantendo ficha de controle de fornecimento de EPI, bem como realizar o treinamento adequado quanto ao uso correto do EPI e zelar para que seus empregados observem o uso obrigatório de EPI – Equipamento de Proteção Individual, quando for o caso;

11.7. O EPI deverá ser entregue ao empregado com a devida comprovação mediante recibo nominal detalhado assinado pelo empregado, documento este que deverá ser apresentado à contratante, no prazo de 05 dias úteis a contar da entrega, pois de maneira nenhuma o valor atribuído aos uniformes poderá ser repassado aos funcionários contratados, devendo este ser de total responsabilidade da empresa;

11.8. Fornecer EPI em quantidade suficiente, no mínimo o estipulado para cada item por período (12 meses), e providenciar sua substituição completa a cada prorrogação contratual, se houver, e assim sucessivamente.

Exemplo: Data de início da execução do contrato em 01/09/2020, a primeira entrega deverá acontecer até 31/08/2020 e a segunda entrega deverá acontecer até 31/08/2021, e assim sucessivamente, caso haja prorrogação contratual;

11.9. Não haverá possibilidade de entrega fracionada/parcelada, tampouco prorrogação de prazo de entrega total dos itens previstos, sendo aplicado o Instrumento de Medição de Resultados em caso descumprimento da entrega;

11.10. A entrega deverá ser realizada de forma a contemplar todos os itens obrigatórios no início do contrato, ou seja, todos os postos deverão iniciar as atividades com o conjunto de EPI contemplando todos os itens obrigatórios, e deverá ser registrada junto à fiscalização (podendo ser solicitado o acompanhamento da entrega) e deverá ser assinado o recibo por parte do funcionário;

11.11. A contratada deverá entregar a quantidade total estipulada na proposta vencedora, caso isso não ocorra, a contratante deverá glosar o valor referente aos itens não entregues, podendo ainda aplicar as penalidades previstas contratualmente;

11.12. A contratada fica responsável pelo dimensionamento dos itens de EPI, garantindo no

mínimo o previsto neste Edital.

11.13. A alteração ou substituição de itens de EPI por motivo de adequação ao serviço ou adequação tecnológica deverá ser solicitada formalmente à contratante.

11.14. Responsabilidades - A legislação prevê que é obrigação do:

11.14.1. Empregador:

11.14.1.1. Fornecer os EPI adequados ao trabalho;

11.14.1.2. Instruir e treinar quanto ao uso dos EPI;

11.14.1.3. Fiscalizar e exigir o uso dos EPI;

11.14.1.4. Repor os EPI danificados

11.14.2. Trabalhador:

11.14.2.1. Utilizar, guardar e conservar os EPI;

11.14.2.2. Os EPI devem ser usados apenas para finalidade a que se destinam;

11.14.2.3. O trabalhador deverá comunicar à Chefia quando houver qualquer alteração que torne impróprio o uso dos EPI.

11.15. Os Equipamentos de Proteção Individual devem cumprir todas as Normas Regulamentadoras pertinente;

11.16. A Equipe de Planejamento não identificou a necessidade de **Equipamentos de Proteção Individual - EPI** nos postos de trabalho definidos nesta contratação, contudo, caso a licitante deseje elencar itens de EPI, deve incluir a relação e o detalhamento de **Equipamentos de Proteção Individual** a ser obrigatoriamente fornecido para os postos de trabalho no **Anexo - Planilha de Custo e Formação de Preço**;

Item	Descrição do Item	Especificação	Unidade	Quantidade por funcionário para 12 meses
1	Bota em PVC impermeável para motociclista - Par	Cano longo, confeccionada em PVC injetado, 100% impermeável com reforço na altura do tornozelo, com descalçador, fita refletiva no calcanhar, sola antiderrapante, palmilha com tecido com tratamento antimicrobiano e sistema de absorção de suor, reforço na biqueira para evitar desgastes na troca de marcha, com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual	Par	1
2	Bota motociclista	Bota de Cano Alto e Alta absorção, solado de borracha, acabamento em couro, protetor para troca de marcha e fechamento por meio de velcro e zíper	Par	2
3	Caneleira motociclista	Painéis assimétricos de joelho e espinha para proteção contra tubos superiores, pedais e outros impactos, sistema de correia de velcro ajustável	Par	1
4	Capa de chuva para motociclista	Conjunto Composto por 01 Jaqueta e 01 Calça, confeccionado em PVC, totalmente impermeável, resistente e maleável. Jaqueta com fechamento com zíper e velcro, com bolsos externo e interno, punhos com velcro, com refletivo peito e costas. Calça com zíper na barra para ajuste	Unidade	1
5	Capacete motociclista	Casco injetado em Abs de alto impacto, Cinta Jugular com sistema de fecho micrométrico, Viseira com 2mm de espessura, Forro Antialérgico, Aprovado pelo Inmetro	Unidade	1
6	Colete proteção motociclista	Tecido interno especial ventilado para maior conforto, Proteção total nos braços com 6 peças plásticas articuladas, sem limitar seus movimentos; Protetor de coluna integral, anatômico e articulado; Protetor fabricado em plástico PU, com cobertura em E.V.A, facilmente utilizado por baixo de jaquetas.	Unidade	1
7	Cotoveleira motociclista	Cotoveleira resistente, com articulação que permite um melhor ajuste ao cotovelo, garantindo maior conforto e segurança. Plástico injetado de alta qualidade. Revestimento em elastano para que durante uma queda ou pancada a cotoveleira não escape do braço;	Par	1
8	Joelheira motociclista	Joelheira resistente, com articulação frontal que permite um melhor ajuste ao joelho, garantindo maior conforto e segurança. Plástico injetado de alta qualidade.	Par	1
9	Luvas motociclista	Luva confeccionada em Poliéster acolchoado, fechamento emborrachado com velcro, com proteção das articulações em fibra, e proteção em borracha nos dedos e palma	Par	1

11.17. A alteração ou substituição de itens de EPI por motivo de adequação ao serviço ou adequação tecnológica deverá ser solicitada formalmente à contratante.

12. SEGURANÇA NO TRABALHO

12.1. A empresa contratada deve, sem prejuízo das demais obrigações:

12.1.1. Instruir os empregados sobre a necessidade de acatar orientações do preposto, inclusive quanto à fiscalização das normas atinentes à Segurança do Trabalho;

12.1.2. Indicar técnicos para a prestação de serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho de acordo com a NORMA REGULAMENTADORA N° 4 QUADRO II do Ministério do Trabalho e Emprego, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho;

12.1.3. Assegurar o cumprimento dos itens da cláusula septuagésima sexta da CCT:

"CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - SEGURANÇA NO TRABALHO

As empresas assegurarão a adoção imediata das seguintes medidas, destinadas à segurança dos vigilantes:

a) **Uso de armas:** É obrigatório o uso de armas por todos os vigilantes nos postos de serviço em que o contrato com a tomadora exigir o seu uso.

b) **Munição:** Em usando arma, os vigilantes que trabalham à noite, deverão receber uma carga extra de projéteis em condições de uso, sempre que for estabelecido em reunião, com este fim, com o sindicato profissional da base territorial em questão.

c) **Revisão e manutenção:** Ficam as empresas obrigadas a realizarem revisão e manutenção periódica de armas e munições utilizadas nos postos de serviço.

d) **Iluminação:** Nos postos de serviço noturno, quando necessário, deverão ser fornecidas lanternas aos vigilantes, equipadas com pilhas (assegurada a sua reposição sem ônus para os empregados) ou baterias recarregáveis, para melhor inspecionar o local.

e) **Extensão:** Nenhum vigilante deverá portar arma de grosso calibre, sem que esteja devidamente habilitado para tal.

f) **Colete a prova de balas:** Esgotado o prazo previsto pela “Portaria nº 191 do ministério do Trabalho”, de 04 de dezembro de 2006, obrigam-se as empresas a manter o fornecimento dos coletes a prova de balas nos termos da lei, ou seja, só é obrigatório o uso para quem trabalha armado.

§ 1o. Os signatários da presente CCT reafirmam seus entendimentos de que, em decorrência da natureza dos serviços de segurança privada que representam, por disposição legal e por questão de segurança dos próprios trabalhadores, não é possível o exercício destas atividades por trabalhadores PPD – Pessoas Portadoras de Deficiência.

§ 2o. Os signatários da presente CCT reafirmam seus entendimentos de que, em decorrência da natureza dos serviços de segurança privada que representam, porque são as empresas que devem pagar pela formação de seus empregados, por questões legais, pela inexistência de cursos desta natureza fornecidos pelo sistema “S”, e por questão de segurança dos próprios trabalhadores, não é possível a contratação de aprendizes para executar estas atividades.

§ 3o. Os signatários da presente CCT reafirmam seus entendimentos de que, em decorrência da natureza dos serviços de segurança privada que representam, os trabalhadores que executam estas atividades fins, não devem servir de base para a contratação de PPDs e Aprendizes, comprometem-se a tomar as medidas possíveis e necessárias para a defesa dos entendimentos aqui consignados, e do disciplinado nesta CCT.

13. DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS

13.1. A Contratada, além do serviço a ser prestado, deverá fornecer os materiais e equipamentos operacionais suficientes e necessários para a perfeita execução dos serviços;

13.2. É de responsabilidade única e exclusiva da empresa licitante o levantamento e dimensionamento dos materiais e equipamentos operacionais para atender de forma adequada o contrato;

13.3. A Contratada deverá adotar os seguintes **Equipamentos e Insumos Operacionais Administrativos:**

13.3.1. **Registrador Eletrônicos de Ponto Biométrico:** devem atender a especificação prevista em legislação (Portaria MTE 1.510/2009 e demais aplicáveis). Desde 01 de março de 2011 é exigido pelo Ministério do Trabalho que, empresas que registram o ponto de seus funcionários de maneira eletrônica, utilizem relógios de ponto homologados. Além disso, os relógios devem ser aprovados pelo INMETRO para garantir que registrem fielmente as marcações de ponto;

13.3.2. **Rádios Comunicadores:** Fornecer e se responsabilizar pela utilização de rádios portáteis profissionais do tipo HT de longo alcance, homologados pelo INMETRO e ANATEL, com bateria de longa duração e bateria reserva, base carregadora e fone de ouvido a serem utilizados pelos vigilantes, ficando também a cargo da CONTRATADA treiná-los quanto ao seu uso e manuseio apropriado, inclusive para comunicação com os funcionários dos contratos de Vigia e Portaria para comunicação quanto a questões de segurança nos locais; Os equipamentos de comunicação devem atender todas especificações necessárias ao cumprimento da legislação pertinente e devem possuir a funcionalidade de comunicação com os equipamentos dos demais serviços contratados pela Universidade (vigia e portaria); Os equipamentos rádios comunicadores deverão ter seu alcance aferido à cada 6 meses;

13.3.3. **Revólver** calibre 38, 6 tiros 4 polegadas, alça de mira fixa com massa de mira de rampa serrilhada;

13.3.4. **Munição (Blister)** para revólver calibre 38, originais do fabricante, não sendo permitido o uso de munições recarregadas. Blister com 10 unidades;

13.3.5. **Cassetete (tonfa)** em polímero (vedado o de madeira);

13.3.6. **Colete** à prova de balas nível II, composto de 30 (trinta) camadas, sendo 15 (quinze) camadas de tecido aramida kevlar S720 (258 g/m² + 14-18 g/m²) e 15 (quinze) camadas de tecido aramida kevlar S779 (132g/m² + 15 g/m²);

13.3.7. **Capa** para colete balístico com compartimento para rádio HT e porta tonfa;

13.3.8. **Cinto** com coldre e baleiro;

13.3.9. **Algemas** tipo punho duplo, contendo lado direito e lado esquerdo articulada através de elos tipo corrente, material: aço 430 inox, trava dupla, 2 linguetas, 20 posições do fecho, com duas chaves e porta algemas em couro;

13.3.10. **Cofre** eletrônico digital, tamanho 43 cm de largura, 33 cm de comprimento e 20 cm de altura;

13.3.11. **Apito** com cordão profissional para vigia;

13.3.12. **Canetas** esferográfica para utilização nos postos de trabalho;

13.3.13. **Capa de Chuva** para proteção em períodos de chuva;

13.3.14. **Crachás de identificação:** Fornecer Crachá de Identificação em material de PVC impresso com suporte e fita cordão e outro mecanismo de fixação ao uniforme para postos que o exijam por questões de segurança no trabalho; Contendo: foto, primeiro nome ou primeiro e último nome, nº de matrícula, contendo ainda o número da Carteira Nacional de Vigilante (CNV) e a expressão "A SERVIÇO DA UFPEL" e, em seu verso, Nome completo, nº do RG além de Telefone, E-mail e Endereço da CONTRATADA (Matriz e sede Pelotas);

13.3.15. **Guarda chuva** longo, 120 cm de diâmetro, 95 cm de comprimento, abertura automática, haste de alumínio, 8 varetas, tecido 100% poliéster;

13.3.16. **Lanternas LED** recarregável à bateria, 12 leds;

13.3.17. **Livro de Ocorrências** sem margem, capa dura, 100 folhas;

13.3.18. **Motocicleta** Trail/Of Road 160 CC, zero quilômetro, 160 cilindradas, motor 4 tempos, monocilíndrico, refrigerado a ar, tipo trail/off-road, equipada com bauleto de 45 litros com refletivo e sinalização tipo giroflex;

13.3.19. **Licenciamento anual**, IPVA, seguro DPVAT e taxa de expedição de documento para motocicleta 160 CC

13.3.20. **Manutenção periódica** Manutenção/Troca de Óleo/Troca pneus/Moto reserva enquanto a manutenção da moto titular é executada (média mensal)

13.3.21. **Combustível (média mensal)**, consumo de combustível considerando a utilização Cidade/Urbano e um consumo médio de 34 Km/litro considerando (Quantidade km por dia / consumo (km/l) * Quantidade de veículos * quantidade de dias no mês * quantidade de meses de contrato); *Fontes consultadas:* <https://consumocombustivel.com.br/consumo-honda-nxr-bros-160/>; <https://www.motoo.com.br/teste-honda-nxr-160-bros-esdd-2018/>; <https://meu2018.com.br/nova-nxr-160-bros-2018/>; http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Municipio_Posto.asp em 15/01/2020"

13.4. A relação completa de Materiais de Consumo e Equipamentos de Equipamentos Operacionais está disponível no **Anexo - Planilha de Custo e Formação de Preço**;

Equipamentos Operacionais			
Item	Descrição do Item	Especificação	Quantidade para 12 meses de contrato
1	Registrador Eletrônico de Ponto Biométrico	Os registradores eletrônicos de ponto biométrico devem atender a especificação prevista em legislação (Portaria MTE 1.510/2009 e demais aplicáveis). Além disso os relógios devem ser aprovados pelo INMETRO para garantir que registrem fielmente as marcações de ponto.	12
2	Rádio de Comunicação	Rádios portáteis profissionais do tipo HT de longo alcance, homologados pelo INMETRO e ANATEL, com bateria de longa duração e bateria reserva, base carregadora e fone de ouvido, com funcionalidade de comunicação com os funcionários dos contratos de Vigia e Vigilância para comunicação quanto a questões de segurança nos locais;	20
3	Revólver	Revólver calibre 38, 6 tiros 4 polegadas, alça de mira fixa com massa de mira de rampa serrilhada	20
4	Munição (Blister)	Munição para revólver calibre 38, originais do fabricante, não sendo permitido o uso de munições recarregadas. Blister com 10 unidades	20
5	Cassetete	Cassetete (tonfa) em polímero (vedado o de madeira)	20
6	Colete	Colete à prova de balas nível II, composto de 30 (trinta) camadas, sendo 15 (quinze) camadas de tecido aramida kevlar S720 (258 g/m² + 14-18 g/m²) e 15 (quinze) camadas de tecido aramida kevlar S779 (132g/m² + 15 g/m²).	20
7	Capa	Capa para colete balístico com compartimento para rádio HT e porta tonfa	68
8	Cinto	Cinto com coldre e baleiro;	20
9	Algemas	Algemas tipo punho duplo, contendo lado direito e lado esquerdo articulada através de elos tipo corrente, material: aço 430 inox, trava dupla, 2 linguetas, 20 posições de fecho, com duas chaves e	20
10	Cofre	Cofre eletrônico digital, tamanho 43 cm de largura, 33 cm de comprimento e 20 cm de altura.	6
11	Apito com cordão	Apito profissional para vigia	68
12	Canetas	Caneta esferográfica	68
13	Capa de Chuva	Capa para proteção em períodos de chuva	68
14	Crachás de identificação	Crachá PVC impresso (frente e verso), contendo o número da Carteira Nacional de Vigilante (CNV)	68
15	Guarda chuva	Guarda-chuva longo, 120 cm de diâmetro, 95 cm de comprimento,	34
16	Lanternas LED recarregáveis;	Lanterna recarregável à bateria, 12 leds	34
17	Livro de Ocorrências	Livro de ocorrências sem margem, capa dura, 100 folhas	34
18	Motocicleta Trail/Of Road 160 CC	Motocicleta zero quilômetro, 160 cilindradas, motor 4 tempos, monocilíndrico, refrigerado a ar, tipo trail/off-road, equipada com bauleto de 45 litros e sinalização tipo giroflex	4
19	Licenciamento anual	Licenciamento anual: IPVA, seguro DPVAT e taxa de expedição de documento para motocicleta 160 CC	4
20	Manutenção periódica	Manutenção/Troca de Óleo/Troca pneus/Moto reserva enquanto a manutenção da moto titular é executada (média mensal)	4
21	Combustível (média mensal)	Consumo de combustível considerando a utilização Cidade/Urbano e um consumo médio de 34 Km/litro considerando: Quantidade km por dia / consumo (km/l) * Quantidade de veículos * quantidade de dias no mês * quantidade de meses de contrato Fontes consultadas: https://consumocombustivel.com.br/consumo-honda-nxr-bros-160/ https://www.motoo.com.br/teste-honda-nxr-160-bros-esdd-2018/ https://meu2018.com.br/nova-nxr-160-bros-2018/ http://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Municipio_Posto.asp em 15/01/2020	2.541,18

13.5. Os equipamentos definidos em edital deverão ser fornecidos pela Contratada para execução dos serviços e mantidos em estado de conservação e quantidades adequadas durante a vigência

do contrato, visando à perfeita execução dos serviços, deverão ser novos, de primeiro uso, e a contratada deverá comprovar a entrega dos mesmos à equipe de fiscalização;

13.6. Os equipamentos deverão ser modernos, estar em linha de fabricação, com tecnologia suficiente para produzir o mínimo de ruído;

13.7. É de inteira responsabilidade da Contratada a manutenção dos equipamentos utilizados na instituição (aparelhos registradores eletrônicos de ponto biométrico e rádios comunicadores)

13.8. No decorrer do contrato a contratada deverá manter os equipamentos e ferramentas sempre em boas condições de uso, em bom estado de conservação e funcionamento;

13.9. A Contratada deve manter todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

13.10. A Contratante não se responsabiliza pelo uso inadequado de equipamentos, sendo de responsabilidade da Contratada o uso adequado para a eficiência e eficácia dos serviços prestados, inclusive se houver necessidade de substituir algum equipamento;

13.11. Os equipamentos e ferramentas de uso da contratada deverão ser acompanhados de todos os acessórios necessários ao serviço.

13.12. Sempre que houver necessidade de levar qualquer equipamento para conserto a contratada deverá disponibilizar outro equipamento para substituição enquanto durar o conserto.

13.13. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração e demais empresas contratadas;

13.14. Cabe a Contratada o treinamento dos seus funcionários que manusearão os referidos equipamentos garantindo adequada utilização;

14. DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXX)**, perfazendo o valor total de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXX)** para o período de 12 meses, conforme detalhamento a seguir;

14.1.1. **Pelotas - Postos de Trabalho – Valor Total Mensal de R\$ XXX.XXX,XX**

14.1.2. **Capão do Leão - Postos de Trabalho – Valor Total Mensal de R\$ XXX.XXX,XX**

14.2. Valor Total Global Mensal de **R\$ XXX.XXX,XX; e**

14.3. Valor Total Global para 12 meses de **R\$ XXX.XXX,XX;**

14.4. Valores obtidos através da **Proposta e Planilha de Custo e Formação de Preço** apresentada pela empresa vencedora do certame licitatório;

VIGILÂNCIA ARMADA - PELOTAS/RS					
Vigilância Armada		1.1 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h D Pel	1.2 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h N Pel	1.3 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h D Pel	1.4 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h N Pel
Valor por Posto (Mensal)		9.954,11	11.403,92	10.425,13	11.874,95
Total de Postos (Contrato Atual)	21	8	13	0	0
Total Funcionários (Contrato Atual)	42	16	26	0	0
Valor Total (Contrato Atual)	227.883,84	79.632,88	148.250,96	0,00	0,00
Valor total estimado (12 meses de contrato)	2.734.606,08	955.594,56	1.779.011,52	0,00	0,00
VIGILÂNCIA ARMADA - CAPÃO DO LEÃO/RS					
Vigilância Armada		2.1 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h D Cap	2.2 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h N Cap	2.3 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h D Cap	2.4 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h N Cap
Valor por Posto (Mensal)		9.985,44	11.435,23	10.456,45	11.906,26
Total de Postos (Contrato Atual)	13	2	3	4	4
Total Funcionários (Contrato Atual)	26	4	6	8	8
Valor Total (Contrato Atual)	143.727,41	19.970,88	34.305,69	41.825,80	47.625,04
Valor total estimado (12 meses de contrato)	1.724.728,92	239.650,56	411.668,28	501.909,60	571.500,48
TOTAL					
Vigilância Armada		1 - Vigilante (CBO 5173) 12x36 220h D	2 - Vigilante (CBO 5174) 12x36 220h N	3 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h D	4 - Vigilante Motorizado (CBO 5173) 12x36 220h N
Valor Total (Contrato Atual)	371.611,25	99.603,76	182.556,65	41.825,80	47.625,04
Valor total estimado (12 meses de contrato)	4.459.335,00	1.195.245,12	2.190.679,80	501.909,60	571.500,48
Total de Postos (Contrato Atual)	34	10	16	4	4
Total Funcionários (Contrato Atual)	68	20	32	8	8

14.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

14.6. O preço fixado em contrato para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência se refere à prestação dos serviços com a máxima qualidade. **Portanto, a execução contratual que não atinja os objetivos dos serviços contratados com a máxima qualidade, importará no pagamento proporcional ao serviço realizado, seguindo os critérios destacados no Instrumento de Medição de Resultados - IMR;**

14.7. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Gestão/Unidade: XXXXXX
- Fonte de Recurso: XXXX
- Programa de Trabalho: XXXXXX
- Elemento de Despesa: XXXXXX
- Plano Interno: XXXXXXXXXXXX
- Nota de Empenho: XXXXNEXXXXXX

14.8. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

15. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços objeto deste Contrato deverão ser prestados na Universidade Federal de Pelotas, que é constituída de diversos prédios agrupados em dois municípios: Capão do Leão, com Campus único mais duas Unidades (Centro Agropecuário da Palma e Eclusa do Canal São Gonçalo), e Pelotas, com os prédios agrupados por campi enraizados na cidade, conforme listagem de prédios anexa, podendo ser verificado no mapa de prédios disponível no link wp.ufpel.edu.br/terceirizados/sobre/mapa-terceirizacao

16. DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. O prazo para início dos serviços não poderá exceder a 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, salvo no interesse da administração que poderá ser até 60 dias;

16.2. A presente contratação poderá ser iniciada de forma parcial através de Ordem de Serviço de acordo com a necessidade da Administração.

17. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O presente Contrato terá a sua vigência fixada em 12 (doze) meses, a partir da data de início da execução do Contrato, fixada em xx de xxxx de xxxx;

17.2. A duração do contrato ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo, quando for o caso, ser prorrogada até o limite previsto no ato convocatório, observado o disposto no art. 57 da [Lei nº 8.666, de 1993](#).

17.3. Nas contratações de serviços continuados, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a instrução processual contemple:

- 17.3.1. Estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 17.3.2. Relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 17.3.3. Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 17.3.4. Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 17.3.5. Manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 17.3.6. Comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

17.4. A comprovação de que trata o item 15.3.4 acima deve ser precedida de análise entre os preços contratados e aqueles praticados no mercado de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a realização de uma nova licitação, sem prejuízo de eventual negociação com a contratada para adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de mercado;

17.5. A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante;

17.6. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente, o prazo de sessenta meses de que trata o Item 3 do Anexo IX da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 poderá ser prorrogado por até doze meses;

17.7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

- 17.7.1. Quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;
- 17.7.2. Quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e
- 17.7.3. No caso dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de

vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

17.8. No caso do item 15.7.3 acima se os valores forem superiores aos fixados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, caberá negociação objetivando a redução de preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato;

17.9. A Administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;

17.10. Conforme **Acórdão 1586/2018 Plenário**, a Administração deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a [Lei 12.506/2011](#).

17.11. Nos contratos cuja duração, ou previsão de duração, ultrapasse um exercício financeiro, deverá ser indicado o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos ou apostilamentos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura;

17.12. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando:

17.12.1. Os preços contratados estiverem superiores aos estabelecidos como limites em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou

17.12.2. A contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação;

17.13. A empresa receberá uma notificação para manifestar-se a cerca de seu interesse na prorrogação contratual e deverá responder em até 10 (dez) dias do recebimento do documento;

17.13.1. Havendo interesse na prorrogação contratual por parte na empresa, a UFPel encaminhará um Termo de Compromisso para que a empresa assine;

17.13.2. Caso a empresa não cumpra o compromisso assumido de prorrogar o contrato, fica esta sujeita às sanções previstas neste contrato e na lei 8.666/93;

17.13.2.1. A sanção prevista acima não será aplicada caso a empresa aceite prorrogar o contrato até que seja homologada uma nova licitação.

18. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

18.1. Durante a fase de execução da prestação dos serviços, o objeto contratado poderá ser alterado, desde que justificadamente, na forma prevista no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017;

18.2. As alterações contratuais devem ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, que deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante;

18.3. Nas alterações contratuais unilaterais, devem ser observados os limites legais para os acréscimos e supressões, e nas alterações consensuais, os limites para os acréscimos, utilizando-se, em qualquer caso, o valor inicial atualizado do contrato;

18.4. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

18.5. Em qualquer hipótese, não poderá haver modificação da essência do objeto;

18.6. É vedado promover modificação no contrato sem prévio procedimento por aditamento ou apostilamento contratual;

18.7. As alterações deverão ser precedidas de instrução processual em que deverão constar, no mínimo:

18.7.1. A descrição do objeto do contrato com as suas especificações e do modo de execução;

18.7.2. A descrição detalhada da proposta de alteração;

18.7.3. A justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal;

18.7.4. O detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato; e

18.7.5. A ciência da contratada, por escrito, em relação às alterações propostas no caso de alteração unilateral ou a sua concordância para as situações de alteração por acordo das partes.

19. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea

econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, nos termos do disposto no art. 65, inciso II, alínea “d” e § 5º do mesmo artigo da Lei nº 8.666/93.

20. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇO DOS CONTRATOS

20.1. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, será utilizada na presente contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, quando a variação dos custos for decorrente de mão de obra (folha de salários) e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos, de acordo com o artigo 12 do Decreto 9.507/2018;

20.2. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no subitem 18.1. e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, sendo assegurado à Contratada receber o pagamento, desde que mantida as condições efetivas da proposta;

20.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção Coletiva ou Sentença Normativa deverá repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos;

20.5. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- I. da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou
- II. da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

20.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;

20.7. As repactuações envolvendo a mão de obra (folha de salários) serão precedidas, obrigatoriamente, de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação;

20.8. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

20.9. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser emitida no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos;

20.10. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento ou aditamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento;

20.11. O prazo de 60 (sessenta) dias, citado no subitem 18.9, ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos;

20.12. A Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada;

20.13. As repactuações a que a contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato;

20.14. A Contratada deverá exercer o direito à repactuação, pleiteando o reconhecimento deste perante a contratante, a partir do terceiro dia da data do depósito, e desde que devidamente registrado, no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, do acordo ou convenção coletiva de trabalho que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato, até a data da assinatura do instrumento de aditamento de prorrogação contratual subsequente, conforme determinado nos Acórdãos TCU nºs 1.827/2008 e 1.828/2008, do Plenário, Parecer AGU JT - 02, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2009, e artigo 57, § 7º da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, caso em que serão reconhecidos os efeitos financeiros desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional, observada a periodicidade anual;

20.15. Se a Contratada não exercer de forma tempestiva seu direito à repactuação e por via de consequência, firmar o instrumento de aditamento de prorrogação do contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar em relação ao último acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa;

20.16. Nas situações abaixo relacionadas, o contrato poderá ser prorrogado e o instrumento de

aditamento da prorrogação poderá conter cláusula – por solicitação da Contratada, acompanhada das devidas justificativas, desde que não tenha dado causa para o descumprimento do prazo estabelecido neste item para solicitação de repactuação, ou por interesse da Administração, devidamente justificado – prevendo a possibilidade de repactuação pretérita com efeitos financeiros desde a data estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional:

- a. o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho não tiver sido depositado e registrado até a data da prorrogação contratual;
- b. o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho for depositado, ou procedida à solicitação de repactuação, em data próxima à da prorrogação contratual, no caso em que o processamento da repactuação poderá, justificadamente, prejudicar a prorrogação;
- c. qualquer outra situação em que a Contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de repactuação não tenha sido feita no prazo estabelecido neste item, ou que haja interesse da contratante.

20.17. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;
- c. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.18. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

20.20. De acordo com o disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

21. DO REAJUSTAMENTO DOS CUSTOS DOS INSUMOS

21.1. O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação das propostas para o objeto deste instrumento, em relação aos custos com insumos (uniformes, materiais, etc.) e necessários à execução do serviço, excetuados os equipamentos sujeitos à depreciação;

21.2. Os equipamentos não serão reajustados em razão de que já foram adquiridos no início do contrato e sofrem depreciação por legislação contábil específica. O reajuste previsto no ANEXO IX, item 7 da IN SEGES nº 5/2017 somente se refere à insumos e materiais;

21.3. A variação no preço de mercado do equipamento não traz reflexos diretos ao bem já adquirido e a depreciação (perda de valor do equipamento pela sua utilização, não sofre efeitos inflacionários) é apenas um critério utilizado para se realizar a remuneração do bem que será colocado em uso durante a execução do contrato;

"DECRETO No 1.054, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1994

Art. 5º Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados no instrumento convocatório da licitação ou nos atos formais de sua dispensa ou inexigibilidade, ou ainda no contrato, com base na seguinte fórmula, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data limite para apresentação da proposta: [Redação dada pelo Decreto nº 1.110, de 13.4.1994](#)"

21.4. Será considerado como índice inicial o da data da apresentação da proposta, com base na seguinte fórmula (Decreto nº 1.054, de 07/02/1994 e Lei nº 10.192, de 14/02/2001):

$$= (\quad - \quad 0 / \quad 0)$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços;

I = Índice relativo ao mês do reajuste;

I₀ = Índice inicial: refere-se ao Índice de custos de preços correspondentes ao mês da entrega da proposta da licitação.

21.5. O índice a ser utilizado para o cálculo do reajustamento do contrato é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE;

21.6. O reajuste para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição federal, sendo assegurado à contratada receber o pagamento mantido as condições efetivas da proposta;

21.7. O interregno mínimo de 01 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data limite para apresentação das propostas ao objeto deste instrumento, em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes dos insumos e materiais necessários à execução do serviço;

21.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste;

21.9. Os reajustes serão precedidos, obrigatoriamente, de solicitação da contratada, acompanhada de memorial de cálculo e da apresentação da planilha de custos e formação de preços, conforme for a variação de custos objeto do reajuste;

21.10. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser exarada no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos;

21.11. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento ou aditamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

21.12. O prazo de sessenta dias, referido no subitem 19.10., ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos;

21.13. A contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

21.14. Os reajustes a que a contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato;

21.15. A contratada deverá exercer o direito ao reajuste, pleiteando o reconhecimento deste perante a contratante desde a data do aniversário da apresentação da proposta até a data da assinatura do instrumento de aditamento de prorrogação contratual subsequente, conforme restou determinado para a repactuação, uma espécie de reajuste, nos Acórdãos TCU nºs 1.827/2008 e 1.828/2008, do Plenário, Parecer AGU JT - 02, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2009, e artigo 57, § 7º da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, caso em que serão reconhecidos os efeitos financeiros desde a data do aniversário da apresentação da proposta a que se referir o reajuste, observada a periodicidade anual;

21.16. Se a contratada não exercer de forma tempestiva seu direito ao reajuste, no prazo estabelecido neste item e, por via de consequência, firmar o instrumento de aditamento de prorrogação do contrato sem pleitear o respectivo reajuste, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste em relação ao último aniversário da data da apresentação da proposta, em consonância com entendimento do TCU manifestado nos Acórdãos nºs 1.240/2008 e 1.470/2008, ambos do Plenário, bem como do PARECER PGFN/CJU/COJLC/Nº 852/2012, além da doutrina citada nos Acórdãos e no Parecer;

21.17. Nas situações abaixo relacionadas, o contrato poderá ser prorrogado e o instrumento de aditamento da prorrogação poderá conter cláusula – por solicitação da Contratada, acompanhada das devidas justificativas, desde que não tenha dado causa para o descumprimento do prazo estabelecido neste item para solicitação de reajuste, ou por interesse da Administração, devidamente justificado – prevendo a possibilidade de reajuste pretérito com efeitos financeiros desde a data de aniversário da apresentação da proposta:

- a. o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado, ou procedida à solicitação de reajuste em data muito próxima à da prorrogação contratual, no caso em que o processamento do reajuste poderá, justificadamente, prejudicar a prorrogação;
- b. qualquer outra situação em que a Contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido neste item, ou que haja interesse da contratante.

21.18. Os novos valores contratuais decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas do interregno mínimo de 01 (um) ano da data de ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste, ou seja, do aniversário da data limite para apresentação das propostas, em relação aos custos com insumos e materiais necessários à execução do serviço;

21.19. Os efeitos financeiros do reajuste deverão ocorrer exclusivamente para os itens que o motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente;

21.20. Ao reajuste não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. OBRIGAÇÕES GERAIS:

22.1.1. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado;

22.1.2. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos

serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

22.1.3. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;

22.1.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à sua execução;

22.1.5. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os subsídios em qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

22.1.6. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

22.1.7. Custear todo o material necessário à adequada prestação do serviço, inclusive material de escritório, computadores, impressoras, tonner, papel e demais itens necessários à execução dos serviços;

22.1.8. Serão de inteira e total responsabilidade da empresa contratada todas as despesas decorrentes da prestação de serviços objeto da presente contratação, inclusive salários dos seus empregados, taxas, impostos, custos administrativos, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal e material que possa advir direta ou indiretamente à UFPEL, ou a terceiros, no exercício de sua atividade.

22.1.9. É de responsabilidade da empresa contratada, todo e qualquer prejuízo causado ao patrimônio da UFPEL ou a terceiros por qualquer de seus funcionários, representante ou preposto, mesmo na execução dos serviços.

22.1.10. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

22.1.11. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE;

22.1.12. Responsabilizar-se pelo socorro a funcionários com mal súbito ou acidentados, por meio de seu supervisor;

22.1.13. Adotar providências necessárias ao socorro de vítimas em caso de acidente e informar imediatamente à contratante;

22.1.14. É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

22.1.15. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 2 (duas) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

22.1.16. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

22.1.17. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

22.1.18. Orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das normas internas e de segurança e medicina do trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

22.1.19. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

22.1.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre organizado e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

22.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho;

22.1.22. Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

22.1.23. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

22.1.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.1.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais de sua propriedade e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

22.1.26. Não utilizar na execução dos serviços, sob quaisquer formas, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE ou servidor aposentado;

22.1.27. Remunerar todas as parcelas a seus empregados em conformidade com as disposições estabelecidas pelo sindicato da categoria.

22.1.28. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes do Contrato e seus anexos;

22.1.29. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto da presente contratação;

22.1.30. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da Contratante.

22.1.31. Não utilizar o nome da Contratante, ou sua qualidade de Contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente contrato.

22.1.32. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

22.1.33. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

22.1.34. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

22.1.35. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

22.1.36. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

22.1.37. Fica ressalvado que a inadimplência da Contratada para com esses encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, e ensejará a rescisão do mesmo, caso a contratada, uma vez notificada, para regularizar as pendências, permaneça inadimplente.

22.1.38. Não se estabelece, por força da prestação dos serviços objeto do contrato, qualquer relação de emprego entre a Contratante e os empregados da Contratada.

22.2. DO ARMAMENTO

22.2.1. Apresentar à Administração a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos Registros de Arma que serão utilizadas pela mão de obra nos postos;

22.2.2. Fornecer as armas, munição e respectivos equipamentos e acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos.

22.2.3. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas;

22.2.4. Entregar, à Contratante, no ato da implantação dos serviços, a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registros de Arma” e “Porte de Arma”, que serão utilizados pela mão de obra nos Postos. Essa documentação deverá integrar a documentação inicial de implantação, bem como deverá haver registro no relatório de implantação;

22.2.5. A Contratada deverá fornecer equipamentos (armas, munições, etc.) para a execução dos serviços, conforme **Planilha de Custos e Formação de Preços**:

22.3. PLANOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (PES)

22.3.1. Prestar os serviços de vigilância em conjunto com os sistemas de segurança que a CONTRATANTE possua, venha possuir ou contratar, adequando os seus procedimentos operacionais quando necessário e fornecendo os demais equipamentos inerentes ao desempenho de suas atividades;

22.3.2. No prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar os Planos de Execução dos Serviços (PES) de Vigilância que deverão ser implantados em conformidade com os aspectos definidos neste Termo de Referência, bem como com aqueles específicos de cada posto.

22.3.3. Os representantes da CONTRATADA deverão visitar as instalações da CONTRATANTE, coletar informações sobre as rotinas e particularidades de cada posto e apresentar nos planos de execução os procedimentos operacionais que serão analisados e aprovados pela CONTRATANTE.

22.3.4. Após aprovação, a CONTRATADA deverá disponibilizar, permanentemente, em cada posto uma cópia física do manual com os procedimentos operacionais e a cada funcionário que preste serviço no posto uma cópia digital deste manual; promovendo as alterações posteriores que forem necessárias ou apontadas pela fiscalização;

22.3.4.1. Entre outras questões o PES deverá abordar os procedimentos operacionais a seguir:

- a. Identificação de pessoas e veículos;
- b. Circulação interna e externa;

- c. Recepção e orientações de pessoas;
- d. Procedimentos para casos de falha nos sistemas;
- e. Entrada e saída de material;
- f. Fechamento de portas, janelas, basculantes etc.;
- g. Apagar luzes e desligar equipamentos, aparelhos de ar condicionados etc.;
- h. Sistemas de rondas (apresentar frequência, pontos de controle, percursos etc.);
- i. Procedimentos em caso de acidente e outras ocorrências;
- j. Organização do material;
- k. Postura adequada do vigilante;
- l. Informações necessárias ao bom desempenho das atividades;
- m. Procedimentos de segurança;

22.4. DOS PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CONTRATO

22.4.1. Manter vínculo empregatício formal e expresso com seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, fiscais, para fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do contrato.

22.4.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

22.4.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração;

22.4.4. Disponibilizar à contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

22.4.5. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, bem como a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

22.4.6. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos ocupantes dos postos de trabalho disponibilizados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

22.4.7. Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do CONTRATANTE;

22.4.8. Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal;

22.5. DOCUMENTAÇÃO INICIAL

22.5.1. Apresentar ao Núcleo de Serviços Terceirizados e aos Fiscais de Contratos, antes do início da execução contratual a Planilha de Mapeamento e Distribuição de Pessoal disponível no **Anexo - Planilha de Custo e Formação de Preço** e em até 20 (vinte) dias, a contar do início da execução dos serviços, em arquivo digital, organizado por funcionário e por tipo de documento, os seguintes documentos:

- a) Relação dos empregados;
 - b) Contrato de trabalho;
 - c) Registro de empregados;
 - d) Carteiras de Trabalho e Previdência Social, atestando a contratação;
 - e) Declaração de nepotismo
 - f) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) comprovando a realização de exames médicos admissional e Vacinação dos Trabalhadores contemplado na NR 07;
1. O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos seguintes exames médicos:
 - Admissional;
 - Periódico;
 - Mudança de função;
 - Retorno ao trabalho;
 - Demissional.
 2. É obrigatória a realização da avaliação clínica em cada um desses exames, a qual deve incluir anamnese ocupacional, exame físico e mental. Os exames complementares devem ser feitos conforme o disposto na NR7.

3. Sempre que houver vacinas eficazes contra outros agentes biológicos a que os trabalhadores estão, ou poderão estar, expostos, o empregador deve fornecê-las gratuitamente.
4. O empregador deve fazer o controle da eficácia da vacinação sempre que for recomendado pelo Ministério da Saúde e seus órgãos, e providenciar, se necessário, seu reforço.
5. A vacinação deve obedecer às recomendações do Ministério da Saúde.
6. O empregador deve assegurar que os trabalhadores sejam informados das vantagens e dos efeitos colaterais, assim como dos riscos a que estarão expostos por falta ou recusa de vacinação, devendo, nestes casos, guardar documento comprobatório e mantê-lo disponível à inspeção do trabalho
7. A vacinação deve ser registrada no prontuário clínico individual do trabalhador, previsto na NR-07.
8. Deve ser fornecido ao trabalhador comprovante das vacinas recebidas.

g) Cópia das certidões de nascimentos ou documentação relativa ao(s) equiparado(s) ou inválido(s) e a ficha de salário-família;

h) Comprovante assinado pelos empregados que na forma da legislação vigente, tenham feito opção pelo recebimento de vale-transporte;

i) Comprovante de cadastramento para o fornecimento de auxílio-alimentação, quando cabível, de acordo com a legislação ou CCT;

j) Comprovação que ateste o recebimento de equipamento de proteção individual (EPI);

k) comprovação que ateste o recebimento de orientação quanto ao uso adequado do equipamento de proteção individual (EPI);

l) Comprovação do seguro de vida, de acordo com a CCT da categoria;

m) Comprovante de cadastramento de trabalhador no regime do PIS/PASEP;

n) Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA);

o) Comprovação da qualificação técnica do pessoal empregado;

p) Cópia do documento de identidade funcional de cada vigilante, a **Carteira Nacional de Vigilante**, devidamente registrada na Gestão Eletrônica de Segurança Privada -GESP e dentro do prazo de validade de 05 (cinco) anos;

p) Planilha de Mapeamento e Distribuição de Pessoal disponível no **Anexo - Planilha de Custo e Formação de Preço**;

r) Relatório de Implantação contendo um apanhado das ações executadas no processo de implantação do serviços, bem como o apontamento dos medidas apontadas na reunião inicial de implantação com manifestação, imagens e comprovantes sobre os itens apontados na ata da Reunião Inicial;

s) Relatório de Implantação de Ponto Eletrônico ou Sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho;

I - Termo de aceitação e capacitação de ferramenta de controle de ponto;

II - Autorização por Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;

22.5.2. Em caso de substituição de qualquer profissional, atualizar os documentos junto à Fiscalização do Contrato, inclusive a Planilha de Mapeamento e Distribuição de Pessoal disponível no **Anexo - Planilha de Custo e Formação de Preço**;

22.5.3. Apresentar, quadrimestralmente ou quando solicitado pela contratante, para atender normas da Controladoria Geral da União – CGU, em formato Excel ou Calc, de acordo com modelo padrão específico a ser encaminhado pela Administração, relação dos trabalhadores alocados na execução do presente objeto.

22.5.4. **As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:**

- a. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- c. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

22.5.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

22.5.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fomecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

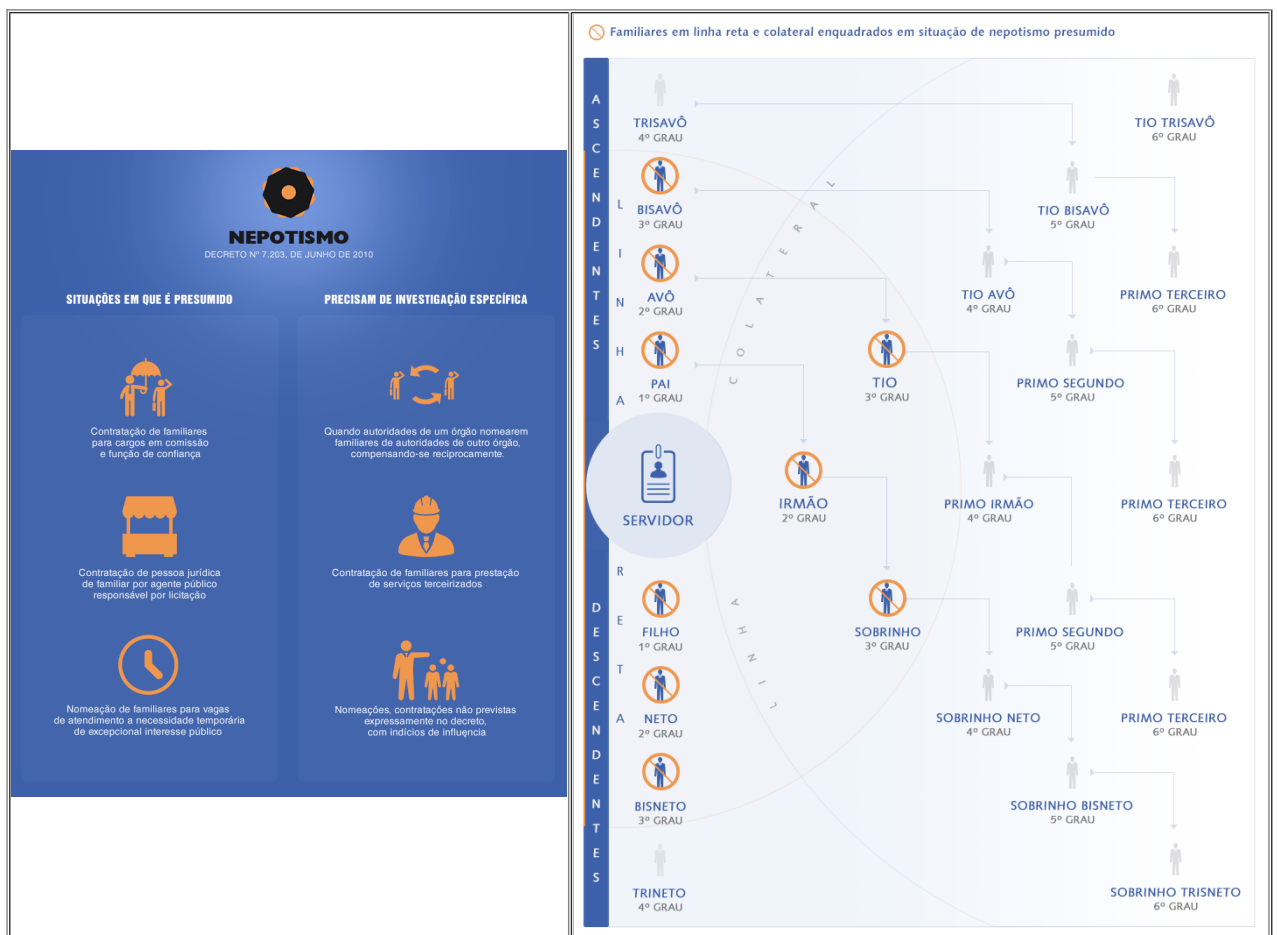
- Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

22.6. ANTI NEPOTISMO

22.6.1. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

22.6.2. Não contratar empregado para prestar serviços para a Contratante que seja familiar nos termos do artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203 de 04 de junho de 2010, de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Contratante, em conformidade com o disposto no artigo 7º do Decreto nº 7.203 de 04 de junho de 2010.

22.6.2.1. Considera-se familiar o cônjuge, ou companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.



FAMILIAR EM LINHA RETA			FAMILIAR EM LINHA COLATERAL		
GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)	GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1º	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogra/sogra, genro/nora; madrastra/padrasto, enteado/enteada do agente público	1º	---	---
2º	Avô/avô, neto/neta do agente público	Avô/avô, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público	2º	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3º	Bisavô/bisavô, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavô, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público	3º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

Fonte: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/nepotismo/perguntas-e-respostas>

22.7. DO CONTROLE DE EFETIVIDADE

22.7.1. Registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade do seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição da mão-de-obra, em até duas horas do início da jornada de trabalho, em eventual ausência;

22.7.1.1. A Contratante poderá adotar sistema informatizado de frequência e efetividade, com importação dos dados do sistema de ponto eletrônico ou com lançamentos manuais no próprio sistema da contratante por parte da contratada.

22.7.1.2. O sistema de efetividade será adotado como uma ferramenta de medição dos serviços prestados, podendo ser utilizado para computar o valor a ser faturado mensalmente, descontando os atrasos, faltas, ausências, não reposição de profissional, bem como demais funcionalidades que poderão ser contempladas no sistema de efetividade, como utilização de uniforme, crachás, rádio, epi;

22.7.1.3. As informações lançadas no sistema serão confrontadas pela fiscalização do contrato, e havendo divergência, será solicitado a apuração por parte da contratada, e restando desacordo nos lançamentos prevalecerá a informação da Contratante;

22.7.1.4. Caso não seja implementado o sistema eletrônico, a contratante poderá exigir apresentação de **planilhas eletrônicas (Excel) para apuração de efetividade**;

22.7.1.5. O atraso de profissional ensejará a aplicação de Instrumento de Medição de Resultado previsto neste Termo de Referência;

22.7.1.6. A não reposição em até duas horas do horário de início da jornada de trabalho caracterizará falta/ausência de profissional ensejando a aplicação de Instrumento de Medição de Resultado previsto neste Termo de Referência;

22.7.1.7. Substituir, no prazo de até 02 (duas) horas após do horário de início da jornada de trabalho, em caso de eventual ausência do ocupante do posto de trabalho disponibilizado à contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

22.7.2. Prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

22.8. DAS CAPACITAÇÕES, CURSOS E TREINAMENTOS

22.8.1. Submeter os empregados a curso básico de formação de ética, conduta profissional, atendimento ao público, e outros que o CONTRATANTE julgar necessário ao bom desempenho do serviço;

22.8.2. Treinar ou promover treinamentos, bem como manter curso de reciclagem, atualização das habilitações dos funcionários que executarão os serviços contratados, as expensas da Contratada, com a periodicidade prevista na legislação;

22.8.3. Todos os profissionais contratados pela empresa deverão receber, em até 30 dias da assinatura do contrato, cursos de capacitação referentes às atribuições dos cargos, podendo ser verificado aspectos específicos pela fiscalização do contrato, conforme segue:

22.8.3.1. Curso de Primeiros Socorros;

22.8.3.2. Curso de Combate a Incêndios;

22.8.3.3. Curso de Ética e conduta profissional;

22.8.3.4. Curso de Atendimento ao público;

22.8.3.5. Curso Instrumental de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (60 horas); *O prazo deve ser acordado na reunião inicial de implantação, podendo ser superior a 30 dias do início da execução contratual, limitado a 180 dias de prazo total;

22.8.4. É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

22.8.5. A CONTRATADA deverá promover integração (mini curso ou palestra) no ato de

admissão e troca de função de seus colaboradores, contemplando os seguintes itens:

- 22.8.5.1. Primeiros Socorros;
- 22.8.5.2. Combate a Incêndios;
- 22.8.5.3. Utilização de uniforme, EPCs e EPIs;
- 22.8.5.4. Utilização de equipamentos para desempenho da função (rádio, lanterna, apito, revolver, etc);
- 22.8.5.5. Riscos inerentes à função;
- 22.8.5.6. Riscos ocupacionais;
- 22.8.5.7. Atribuições da função.

22.8.6. Em caso de advertência, o funcionário deverá passar por reintegração contemplando os itens (c) a (g) da cláusula anterior;

22.9. DO TRANSPORTE DOS FUNCIONÁRIOS

22.9.1. Fornecer aos seus empregados auxílio transporte por meio de transporte próprio ou transporte coletivo público, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e perfeito desempenho de suas atividades e de acordo com a legislação vigente.

22.9.2. Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados de suas residências até as dependências da Contratante, bem como o seu retorno, por meios próprios, inclusive em caso de paralisação dos transportes coletivos ou em situações onde se faça necessário a execução de serviços extraordinários.

22.10. DO REPRESENTANTE LEGAL E PREPOSTO

22.10.1. Designar, antes da assinatura do Contrato, um REPRESENTANTE LEGAL perante UFPEL;

22.10.2. Designar no momento da assinatura do Contrato, um funcionário, com atribuições de PREPOSTO, que, se aceito pela Universidade Federal de Pelotas, conforme o artigo 68, da lei nº 8666/93, atuará em sede própria da empresa no município de Pelotas (apresentar endereço da sede no município de Pelotas até 30 dias da data de assinatura do contrato);

22.10.3. O PREPOSTO da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto, devendo constar os seguintes dados do preposto:

- Nome Completo:
- Matrícula:
- CPF:
- RG:
- E-mail:
- Telefone:
- WhatsApp:

22.10.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

22.10.5. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

22.10.6. Não é necessário que o preposto esteja em período integral, contudo, considerando a relação de atividades, obrigações e responsabilidades definidas no Termo de Referência, o preposto deverá estar presente nos locais da execução de serviços em período proporcional às suas obrigações para que seja aceito pela Administração.

22.10.7. O PREPOSTO indicado pela contratada não pode acumular a função de preposto com quaisquer dos cargos deste ou de outros contratos firmados com a Universidade Federal de Pelotas;

22.10.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

22.10.9. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

22.10.10. Os custos relacionados direta ou indiretamente ao Preposto deverão ser previstos pela Contratada, em sua Planilha de Custos e Formação de Preços como custos indiretos.

22.11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRIBUTÁRIAS E AS DEMAIS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

22.11.1. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

22.11.2. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua

plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

22.11.3. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

22.11.3.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

22.11.3.2. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

22.11.4. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

22.11.4.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

22.11.4.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

22.11.4.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

22.11.5. Comprovar, a cada recibo emitido a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

22.11.6. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária, securitária, decorrentes da execução do presente contrato;

22.11.7. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei;

22.12. DA TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

22.12.1. Considerando a Implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações <<http://wp.ufpel.edu.br/sei/>>) em 31 de outubro de 2017, e o apontamento da necessidade de ajustes no trâmite da documentação mensal por parte das empresas contratadas, informamos que a UFPel está disponibilizando acesso ao **Serviço de Armazenamento em Nuvem** <docs.ufpel.edu.br> para importação da **documentação inicial e mensal** pelas empresas contratadas através do acesso ao serviço com senha própria para cada contrato;

- **Contrato:** 000/2020
- **Link de acesso:**
- **Senha:** Será informada à empresa contratada após assinatura do contrato

22.12.2. Informamos que se mantém a necessidade de envio de e-mail estruturado para o endereço terceirizados@ufpel.edu.br, informando a disponibilização dos arquivos na plataforma de Armazenamento em Nuvem da UFPel;

22.12.3. A documentação deverá ser enviada exclusivamente através do serviço de Armazenamento em Nuvem da UFPel, sendo permitido cada arquivo individual de no máximo 10 MB por arquivo;

OBSERVAÇÃO:

No campo ASSUNTO do e-mail deve-se identificar corretamente o número do contrato, o serviço e o assunto da seguinte forma:

Assunto: [Contrato nº 000/2020 - Vigilância Armada] Documentação Inicial

Assunto: [Contrato nº 000/2020 - Vigilância Armada] Indicação de Preposto

Assunto: [Contrato nº 000/2020 - Vigilância Armada] Solicitação de Repactuação 2021

Assunto: [Contrato nº 000/2020 - Vigilância Armada] Faturamento 2021.05

Assunto: [Contrato nº 000/2020 - Vigilância Armada] Liberação de Conta Vinculada 2021.05

22.12.4. **Cada documento deve ser emitido/gerado de Forma Digital (ou seja, emitidos / gerados / exportados diretamente dos sistemas) em arquivo digital e individual;**

22.12.5. Os arquivos devem ser nomeados corretamente e devem refletir o conteúdo do arquivo, ou seja, o conteúdo/teor do documento deve ser necessariamente o informado no nome do arquivo;

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 23.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 23.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 23.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 23.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 23.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 23.6. Solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado
- 23.7. Permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências da UFPel para tratar de assuntos pertinentes aos serviços ou aquisições contratadas;
- 23.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com o contrato;
- 23.9. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da entrega dos objetos contratados.
- 23.10. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 23.11. Notificar a empresa, por escrito, por ocorrência de eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços e solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, fixando prazo para tal;
- 23.12. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
- 23.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





24. DAS ATIVIDADES DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 24.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto;
- 24.2. O conjunto de atividades de que trata o artigo anterior compete ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as seguintes disposições:

- I. Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;
- II. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização de que trata o inciso V deste artigo;
- III. Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
- IV. Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V. Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

24.2.1. No caso do item IV, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

Fiscal Técnico	Fiscal Administrativo	Fiscal Setorial	Público Usuário
 <p>Avalia a execução do objeto nos moldes contratados:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Quantidade, qualidade, tempo e modo;▪ Compatibilidade com os indicadores de desempenho;▪ Subsídia o pagamento com base no resultado.	 <p>Avalia aspectos administrativos da execução de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas;▪ Providências tempestivas nos casos de inadimplemento.	 <p>Avalia aspectos técnicos e administrativos</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Prestação ocorre simultaneamente:<ul style="list-style-type: none">▪ Setores distintos;▪ Unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade.	 <p>Avalia aspectos qualitativos do objeto por meio de pesquisa de satisfação junto ao usuário.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação dos resultados, recursos e procedimentos utilizados pela contratada.

24.3. O recebimento provisório e definitivo dos serviços ficará a cargo do fiscal técnico, administrativo ou setorial, quando houver.

24.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

24.5. A Gestão do Contrato será exercida pelo Núcleo de Gestão de Serviços Terceirizados, com Fiscalização Administrativa e Técnica através de equipe de fiscalização definida em Portaria de Fiscalização, podendo haver também a Fiscalização Setorial também definida em Portaria.

24.6. A execução do Contrato, ou seja, a operacionalização da prestação de serviços continuados de portaria com dedicação exclusiva de mão de obra será realizada pela Superintendência de Infraestrutura, através da equipe de fiscalização conforme mencionado no item anterior;

24.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

24.8. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA se dará preferencialmente através de e-mails predeterminados, salas de web conferência e aplicativos de mensagens (Whatsapp, Telegram, etc), conforme a necessidade e urgência da comunicação;

Núcleo de Gestão de Serviços Terceirizados:

E-mail: terceirizados@ufpel.edu.br

Telefone: +55 53 3284-3923

Fiscal do Contrato:

E-mail: fiscal.vigilancia@ufpel.edu.br

24.9. Após assinatura do contrato, será encaminhado à licitante vencedora, documento de solicitação de reunião inicial para apresentação do plano de implantação e fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

24.10. Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em ata e, preferencialmente, estarem presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa, e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação;

24.11. Ainda nesta reunião deve-se formalizar as providências necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações das partes, em especial quanto a:

- 24.11.1. Data de início dos serviços;
- 24.11.2. Apresentação dos prepostos;
- 24.11.3. Cadastramento de pessoal;
- 24.11.4. Fornecimento de Uniformes, EPI e Materiais e Equipamentos;
- 24.11.5. Apresentação de Documentação Inicial;

24.12. De acordo com as necessidades, poderá haver outras reuniões entre as partes, em local, horário e data a serem acordados.

24.13. Todos os assuntos definidos e acertados nas reuniões serão registrados em ata.

24.14. Não obstante a contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por fiscais designados, podendo para isso:

24.14.1. Acordar com a contratada as soluções mais convenientes ao bom andamento dos serviços, fornecendo à mesma todas as informações solicitadas;

24.14.2. Praticar quaisquer atos, no âmbito operacional deste contrato, que se destinem a preservar todo e qualquer direito da UFPEL.

24.14.3. Ordenar a retirada imediata do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

24.14.4. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados comprovando a veracidade do registro de função profissional;

24.14.5. Solicitar à contratada a substituição de qualquer equipamento cujo uso considere prejudicial à boa execução dos serviços ou que não atendam às necessidades;

24.14.6. O Fiscal exercerá o controle da execução dos serviços contratados, dando ciência à Contratada das faltas ou defeitos observados, para a imediata regularização.

24.15. A Contratada deverá exercer fiscalização permanente sobre os serviços por ela executados, objetivando proceder a eventuais substituições de funcionário, dando ciência prévia ao Fiscal do Contrato.

24.16. Além do disposto neste Termo de Referência, a fiscalização contratual dos serviços observará o disposto no Anexo VIII, da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 e alterações.

24.17. Somente no mês em que ocorrer eventuais falhas e/ou descumprimentos contratuais que afetem a qualidade da prestação dos serviços da contratada, o Fiscal do Contrato apresentará a CONTRATADA, até o décimo dia útil do mês subsequente ao de competência da prestação dos serviços, as imperfeições que ocorreram preenchendo o IMR, citado no item anterior.

24.18. Tais ajustes visam assegurar à contratante e à contratada o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais imperfeições em sua execução.

24.19. Não obstante, eventuais falhas e descumprimentos contratuais verificados serão devidamente apurados em processos administrativos próprios, podendo resultar em aplicação de penalidade, sem prejuízo de possível rescisão do contrato, conforme prevê a legislação vigente;

24.20. A execução dos contratos será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

24.20.0.1. os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

24.20.0.2. os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

24.20.0.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

24.20.0.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

24.20.0.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

24.20.0.6. a satisfação do público usuário.

24.20.1. Deve ser estabelecido, desde o início da prestação dos serviços, mecanismo de controle da utilização dos materiais empregados nos contratos, para efeito de acompanhamento da execução do objeto bem como para subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

24.20.2. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso;

25. DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

25.1. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- a. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

25.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

25.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

25.3. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

25.3.1. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

25.3.2. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

25.3.3. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

25.3.4. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada de que trata o item 23.3.

25.3.5. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

25.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

26. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E DO PROCEDIMENTO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

26.1. Verificação da perfeição técnica do trabalho realizado;

26.2. Está estabelecido em **Instrumento de Medição de Resultados - IMR** a produtividade de referência ou os critérios de adequação do serviço à qualidade esperada, de acordo com a unidade de medida adotada para a execução do objeto, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço ou por outros mecanismos capazes de aferir a qualidade;

26.3. O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal até o quinto dia útil do mês subsequente ao de competência da prestação dos serviços, elaborando relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

26.4. O recebimento definitivo pelo gestor do contrato, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecerá às seguintes diretrizes:

- a. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;
- b. emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados; e
- c. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e Desconto de Vale Transporte, até o décimo dia útil do mês subsequente ao de competência da prestação dos serviços.

27. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

27.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1.1. O Instrumento de Medição de Resultados - IMR para os fins da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, compreendendo os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços, com base nas seguintes diretrizes:

27.1.1.1. Atividades mais relevantes ou críticas que impliquem na qualidade da prestação dos serviços e nos resultados esperados;

27.1.1.2. Fatores que estejam no controle do prestador e que possam interferir no atendimento das metas;

27.1.1.3. Indicadores objetivamente mensuráveis e compreensíveis, de preferência facilmente coletáveis, relevantes e adequados à natureza e características do serviço, evitando indicadores complexos ou sobrepostos;

27.1.2. O IMR, contém a descrição detalhada, de acordo com os indicadores mínimos de desempenho esperados, em relação à natureza do serviço, com a finalidade de adequar o pagamento à conformidade dos serviços prestados e dos resultados efetivamente obtidos, baseado em:

27.1.2.1. Indicadores e metas estipulados de forma sistemática, de modo que possam contribuir cumulativamente para o resultado global do serviço e não interfiram negativamente uns nos outros;

27.1.2.2. Indicadores que reflitam fatores que estão sob controle do prestador do serviço;

27.1.2.3. Metas realistas e definidas com base em uma comparação apropriada;

27.1.2.4. Previsão de nível de desconformidade dos serviços que, além do redimensionamento dos pagamentos, ensejará penalidades à contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato;

27.1.2.5. Registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada, se for o caso;

27.1.2.6. Previsão de que os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no ato convocatório, observando-se o seguinte:

- I. As adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o fornecedor se sujeitará ao redimensionamento no pagamento e às sanções legais, se for o caso;
- II. Na determinação da faixa de tolerância de que trata o item anterior, considerar-se-á a importância da atividade, com menor ou nenhuma margem de tolerância para as atividades consideradas relevantes ou críticas; e
- III. O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério do órgão ou entidade, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

27.1.3. O Instrumento de Medição do Resultado (IMR), deve ocorrer, preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuadas;

27.1.4. Define os demais mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar a prestação dos serviços, adequados à natureza dos serviços, quando couber;

27.1.5. Define o método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório;

27.1.6. Define o método de avaliação da conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação aos termos contratuais e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo;

27.1.7. Define o procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução;

27.1.8. Define uma lista de verificação para os aceites provisório e definitivo, a serem usadas durante a fiscalização do contrato, se for o caso;

27.1.9. Define as sanções, descontos e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral da União, bem como às seguintes diretrizes:

27.1.9.1. Relaciona as sanções previstas nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, conforme o caso, às obrigações da contratada estabelecidas no modelo de execução do objeto;

27.1.9.2. Define o rigor das sanções de que trata o subitem anterior, de modo que sejam proporcionais ao prejuízo causado pela desconformidade;

27.1.9.3. No caso de multa:

- a. Define o cálculo da multa por atraso (injustificado) para início ou atraso durante a execução da prestação dos serviços;
- b. Define a forma de cálculo da multa de modo que seja o mais simples possível;
- c. Define as providências a serem realizadas no caso de multas reincidentes e cumulativas, a exemplo de rescisão contratual;
- d. Define o processo de aferição do nível de desconformidade dos serviços que leva à multa;

27.1.10. Define as condições para aplicações de descontos, bem como as respectivas formas de cálculo.

27.1.11. Define as garantias de execução contratual, quando necessário.

27.1.12. No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, haverá inclusão de exigências de que a garantia possua previsão de cobertura para o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários não quitados pela contratada.

27.1.13. Fica estabelecido entre as partes o presente Instrumento de Medição de Resultados - IMR, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;

27.1.14. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por

meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

27.1.15. As situações abrangidas pelo Instrumento de Medição de Resultados - IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções/punições legalmente previstas.

27.1.16. A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA;

27.2. DOS PROCEDIMENTOS

27.2.1. A Equipe de Fiscalização do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA.

27.2.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

27.2.3. A notificação quanto da existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

27.2.4. Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, dia e hora do acontecido;

27.2.5. O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu “visto” no documento (preferencialmente em meio digital), que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.

27.2.5.1. Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA registrar suas razões no próprio termo de notificação em até 5 dias.

27.2.6. **O recebimento provisório** será realizado pelo Fiscal até o quinto dia útil do mês subsequente ao de competência da prestação dos serviços, elaborando relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

27.2.7. **O recebimento definitivo** pelo gestor do contrato, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecerá às seguintes diretrizes:

- a. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;
- b. emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados; e
- c. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e Desconto de Vale Transporte, até o décimo dia útil do mês subsequente ao de competência da prestação dos serviços.

27.2.8. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Gestor do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

27.2.9. O Gestor do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais, instruirá o processo de pagamento encaminhando ao fiscal para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados, ou ainda, solicitará a GLOSA da referida Nota Fiscal.

27.2.10. O fiscal do contrato deverá realizar o ateste do processo de pagamento em no máximo 5 (cinco) dias após o envio do processo eletrônico ao fiscal, salvo a necessidade de complementação de documentação por parte da empresa contratada, situação em que deverá ser registrada por e-mail diretamente no processo de pagamento no SEI, informando a empresa contratada da situação de necessidade de ajuste ou complementação de documentação, com prazo definido para a correção, bem como informação da suspensão do prazo para ateste e pagamento;

27.2.11. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas o relatório de acompanhamento de execução contratual produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

27.3. DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

27.3.1. O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.

27.3.2. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo.

27.3.3. DOS NÍVEIS DE OCORRÊNCIAS

- Nível 1 - Situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória terão incidência de 01 (um) ponto conforme quadro de Ocorrências;

- Nível 2 - Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço terão incidência de 02 (dois) pontos conforme quadro de Ocorrências;
- Nível 3 - Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço e comprometem a rotina, o patrimônio da Instituição ou a integridade de terceiros terão incidência de 03 (três) pontos conforme quadro de Ocorrências;

27.4. DO CÁLCULO DE AJUSTE NO PAGAMENTO

27.4.1. O cálculo de ajuste no pagamento será definido pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme cálculo apresentado no **Anexo - Planilha Instrumento de Medição de Resultados**;

27.4.2. O valor final da Nota Fiscal será composto pelo valor contratual mensal apurado no período, decrescido o valor do cálculo de Instrumento de Medição de Resultados - IMR;

SP = Soma da Pontuação das ocorrências (apuração mensal)

I = Índice de ajuste (0,0005, ou seja, 0,05%)

VTNF = Valor Total da Nota Fiscal (mensal)

IMR = SP*I

Fatura Mensal = VTNF-(IMR*VTNF) ou VTNF*(1-IMR)

Sanções: (Todos os itens, exceto o item 18);

SP > 20 = Aplicação de Multa de 2% sobre o valor da Fatura Mensal

SP > 30 = Aplicação de Multa de 5% sobre o valor da Fatura Mensal

SP > 40 = Aplicação de Multa de 7% sobre o valor da Fatura Mensal

Item 18: Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato, nas datas avençadas; Cada dia de atraso no pagamento = 3 pontos

SP > 6 = Aplicação de Multa de 2% sobre o valor da Fatura Mensal

SP > 12 = Aplicação de Multa de 5% sobre o valor da Fatura Mensal

SP > 18 = Aplicação de Multa de 7% sobre o valor da Fatura Mensal

28. DA NOTA FISCAL

28.1. Caberá à CONTRATADA a apresentação de fatura em meio digital da seguinte forma:

28.1.1. Fatura correspondente ao valor dos serviços (Pelotas);

28.1.2. Fatura correspondente ao valor dos serviços (Capão do Leão);

28.2. Incumbirá à CONTRATADA a obrigação de apresentar, juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, o cálculo minucioso e demonstração analítica das Notas Fiscais/Faturas, submetendo-os à aprovação da CONTRATANTE.

28.3. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta os dados bancários da Empresa.

28.4. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos serviços conforme segue:

Descrição dos Serviços:

Contrato: 000/2020

Processo: 23110.028319/2020-18

Objeto: Serviço de Vigilância Armada

Município: Pelotas / Capão do Leão

Competência: Setembro/2020

Valor: R\$

Dados para pagamento:

Banco: Nome do Banco

Agência: 0000-0

Conta Corrente: 000000-0

28.5. De acordo com o ofício circular nº 11/2010, do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPel, a partir de 01/12/2010 todas as entregas devem vir acompanhadas da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E), em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS 42/2009.

28.6. Apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos:

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual,
- Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

28.6.1. Além dos documentos supracitados, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, arquivo digital com os comprovantes de pagamento das seguintes obrigações aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços:

- a. Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, referente ao mês da prestação dos serviços da Nota Fiscal/Fatura apresentada, sob pena de rescisão contratual, comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:
 - i. cópia do protocolo de envio de arquivos, emitida pela Conectividade Social (GFIP);
 - ii. cópia do Comprovante de Declaração à previdência Social;
 - iii. cópia da Guia da Previdência – GPS, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
 - iv. cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE).
- b. Recolhimento do FGTS, relativo ao mês da nota fiscal ou fatura apresentada, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, comprovado por meio da apresentação dos seguintes documentos:
 - i. cópia do protocolo de envio de arquivo, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
 - ii. cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido, quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
 - iii. cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP (RE).
- c. Remuneração, correspondente ao mês da nota fiscal ou fatura apresentada, compatível com os empregados vinculados à execução contratual nominalmente identificados, comprovado por meio da apresentação dos seguintes documentos:
 - i. folha de pagamento de salários;
 - ii. recibo/comprovante de pagamento de salários;
 - iii. cópia dos contracheques assinado pelos empregados.
- d. recibo/comprovante do fornecimento de vale-transporte, na forma da legislação vigente, quando cabível, correspondente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços a que se refere a nota fiscal/fatura;
- e. recibo/comprovante do fornecimento de vale-alimentação, na forma da legislação vigente, quando cabível, correspondente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços a que se refere a nota fiscal/fatura;
- f. cópia do controle de ponto dos empregados, por folha de ponto, por ponto eletrônico ou por outro meio, que não seja padronizado, em consonância com a Súmula 338/TST, correspondente ao mês da nota fiscal/fatura;
- g. aviso de férias, devidamente pagas, juntamente com o adicional de férias, na forma da lei, correspondente ao mês da nota fiscal/fatura, quando couber;
- h. documento que comprove a concessão de aviso prévio, se houver, trabalhado ou indenizado seja por parte da empresa ou por parte do trabalhador, quando couber;
- i. recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses cabíveis para a concessão do referido benefício (na ocorrência de dispensa sem justa causa, por exemplo);
- j. cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), periódico, retorno, alteração (mudança de função) ou demissional;
- k. salário-família (comprovante de frequência escolar, para crianças de 07 a 14 anos).
- l. Caberá a empresa contratada a apresentação mensal de Planilha Eletrônica de Contingenciamento Mensal de Encargos Trabalhistas – Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação (conforme modelo anexo disponibilizado) preenchida e atualizada mensalmente conforme Anexo VII da Instrução Normativa nº 05/2017 e orientação do Caderno Técnico do Ministério do Planejamento; Para fins de cálculos automatizados deverá se manter o posicionamento dos funcionários na planilha, não excluindo os funcionários que não prestam mais serviços neste contrato, bem como incluir os novos funcionários nas linhas

subsequentes na planilha;

28.6.2. O esquema abaixo sintetiza os procedimentos da Contratada para o pagamento da Nota Fiscal:



28.7. O prazo para o pagamento da nota fiscal ou fatura, está disciplinado no item 29 DO PROCESSO DE PAGAMENTO, o mesmo ficará suspenso enquanto a Contratada não apresentar toda a documentação prevista.

28.8. O atraso no pagamento, motivado pela suspensão prevista no item anterior não exime a Contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares, nem das obrigações sociais e trabalhistas.

29. DO PROCESSO DE PAGAMENTO

29.1. Após recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto nos arts. 49 e 50 Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, o gestor da execução do contrato deve instruir o processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços e encaminhar para o setor competente para pagamento.

29.2. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

29.2.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no § 4º do art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010.

29.3. O setor competente da contratante deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- o destaque do valor da retenção de 11% (onze por cento), dos tributos retidos na fonte pagadora de demais despesas dedutíveis da base de cálculo da retenção.

29.4. O pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo previsto no contrato, limitado a trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal.

29.4.1. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal no momento em que o órgão contratante atestar o processo de pagamento da execução do objeto do contrato.

29.4.2. Observado o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 50 da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

29.5. Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

29.6. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

29.6.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

29.6.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

29.6.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

30. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA — BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

30.1. As provisões realizadas pela Administração contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata este Item, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas pela Administração em Conta Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço.

30.2. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a. 13º (décimo terceiro) salário;
- b. férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c. multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;

*A **Contribuição Social** teve alteração na legislação, sendo que o **art. 12 da Lei nº 13.932/2019** determinou, a partir de 1º de janeiro de 2020, a extinção da contribuição social instituída por meio da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001;*

*Em 11 de dezembro de 2019, foi publicada a **Lei nº 13.932**, que extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela **Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001**. O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece:*

Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019

"Art. 12. A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001."

O fim dessa contribuição tem impacto automático nos contratos administrativos em andamento, e na formação de preços para novos contratos, quando há mão de obra exclusiva.

Dessa forma, a Secretaria de Gestão orienta os órgãos e entidades da administração pública federal, autárquica e fundacional o seguinte:

(i) Nos contratos vigentes/em andamento:

*a) Proceder a revisão do contratos, com base no § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, visando a **adequação de planilha de formação de preços, desde 1º de janeiro de 2020, com vistas à exclusão da rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa**, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e*

*b) No caso da **Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação**, apresentado no item 14 do Anexo XII da IN nº 5, de 2017, com base no § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **proceder a adequação de planilha de formação de preços, desde 1º de janeiro de 2020, referente à "Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado". O percentual que antes era de 5% (cinco por cento) passa a ser de 4% (quatro por cento).***

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

"Art. 65 (...)

*§5º **Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes***

para mais ou para menos, conforme o caso."

(ii) Para as novas contratações:

a) *Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e*

b) *Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea 'b' do item (i) acima.*

d. encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

30.3. A movimentação da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade contratante e será feita exclusivamente para o pagamento das obrigações previstas no item 30.2 acima.

30.4. A Contratante observará o disposto no anexo VII da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 e alterações, especialmente no que se refere à conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação, aberta em nome da Contratada, específica para depósito das provisões, uma vez que foi celebrado o Termo de Cooperação técnica entre a UFPEL e Banco do Brasil S/A ou Caixa econômica Federal, conforme modelo do Anexo XII-A da IN nº 05/2017, cuja minuta constituir-se-á anexo do ato convocatório, o qual determinará os termos para a abertura da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

30.5. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o órgão ou entidade contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

30.5.1. Solicitação do órgão ou entidade contratante, mediante ofício, de abertura da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto nos itens 1, 2 e 3 deste Anexo;

30.5.2. Assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, de termo de autorização que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização do órgão contratante, conforme o anexo XII-A da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017;

30.6. O saldo da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido no respectivo Termo de Cooperação Técnica.

30.6.1. Eventual alteração da forma de correção da poupança implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

30.7. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 30.2 acima, retidos por meio da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

30.8. Os editais deverão conter expressamente as regras previstas neste Anexo e documento de autorização para a criação da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, que deverá ser assinado pela contratada, nos termos dos subitens 1.2 a 1.6 do Anexo VIIB da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017;

30.9. Em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

30.9.1. Os recursos atinentes à cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação poderão ser previstos na proposta da licitante.

30.9.2. Os editais deverão informar o valor total/global ou estimado das tarifas bancárias de modo que tal parcela possa constar da planilha de custos e formação de preços apresentada pelos proponentes.

30.10. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos no item 30.2 deste ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

30.10.1. Para a liberação dos recursos em Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato, a empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

30.10.2. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o órgão ou entidade contratante expedirá a autorização para a movimentação dos recursos creditados em Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação e a encaminhará à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

30.10.3. A autorização de que trata o subitem 30.10.2 acima deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização

trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

30.11. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

30.12. A Administração utilizará como referência para fins de provisão dos encargos sociais e trabalhistas o modelo de planilha disponível no Portal de Compras do Governo Federal (Compras Governamentais), devendo adaptá-lo às especificidades dos serviços a ser contratados.

30.13. Os valores provisionados para atendimento do item 30.2. serão discriminados conforme tabela a seguir:

RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO

ITEM		PERCENTUAIS	
13º (décimo terceiro) salário		8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)	
Férias e 1/3 Constitucional		12,10% (doze vírgula dez por cento)	
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado		4,00 % (cinco por cento)	
Subtotal		24,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento)	
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula seis por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
Total	31,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por cento)	32,03% (trinta e três vírgula zero três por cento)	32,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por cento)

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

30.14. O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

30.15. Caberá a empresa contratada a apresentação mensal de Planilha Eletrônica de Contingenciamento Mensal de Encargos Trabalhistas – Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação (utilizar anexo disponibilizado pela contratante) preenchida e atualizada mensalmente conforme Anexo VII da Instrução Normativa nº 05/2017 e orientação do Caderno Técnico do Ministério do Planejamento;

30.15.1. Para fins de cálculos automatizados deverá se manter o posicionamento dos funcionários na planilha, não excluindo os funcionários que não prestam mais serviços neste contrato, bem como incluir os novos funcionários nas linhas subsequentes na planilha;

31. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

31.1. Consoante art. 6º da IN nº 01/2010 SLTI/MPOG, a empresa contratada deverá, no que for aplicável:

31.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

31.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

31.1.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

31.1.4. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

31.1.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

31.2. A comprovação do disposto nos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

31.3. Deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas Led em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

31.4. Deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do

órgão ou entidade.

31.5. Para atendimento do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a EMPRESA (inclusive todos os funcionários), na execução dos serviços, deverá observar as seguintes regras:

31.5.1. **MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS:** São todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e estes são denominados REJEITOS, como: lixo de banheiro, papel higiênico, lenço de papel e outros como: cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares; trapos e roupas sujas; toco de cigarro; cinza e ciscos - que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada; acrílico; papéis plastificados, metalizados ou parafinados; papel carbono e fotografias; fitas e etiquetas adesivas; copos descartáveis de papel; espelhos, vidros planos, cristais; pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes são acondicionadas em separado e enviadas para fabricante, estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

31.5.2. **MATERIAIS RECICLÁVEIS:** Para os materiais secos recicláveis deverá ser seguida, apesar da recomendação normativa de adoção da padronização internacional para a identificação, por cores, na UFPEL, optou-se por implementar, por padronizar conforme o município de Pelotas, ou seja, VERDE (Materiais recicláveis ou secos), Laranja ou Marrom (Materiais orgânicos ou úmidos).

31.5.3. **MATERIAIS DE RISCO:** Para os materiais de risco deverá ser seguida a orientação normativa da UFPEL, ou padronização adotada pelo Município e demais orientações normativas; Cabe ressaltar que este serviço está previsto no Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza; Aperfeiçoar a utilização dos sacos de lixo, cujo fornecimento é de sua responsabilidade, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

32. DAS RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS

32.1. Observar e cumprir todas as normas vigentes no que concerne ao recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e retenções da Previdência Social, assim como obrigações decorrentes de Convenções ou Acordos Coletivos da categoria profissional que presta o serviço terceirizado contratado e normas de saúde e segurança do trabalho;

32.2. Considerando a importância cada vez maior que assume, no mundo moderno, o cuidado com o meio ambiente, a Administração também desempenha uma função capital no papel de consumidor. A prática de valores éticos e socioambientais, como a adoção de ações que visem à utilização racional dos recursos, diminuição do desperdício e a redução da poluição, são ações que devem ser observadas, tanto pela Contratante, como pela Contratada;

32.3. Adotar boas práticas, otimizando os recursos disponíveis eliminando o desperdício e reduzindo a poluição;

32.4. Utilização racional de energia (sobretudo elétrica) tendo em vista a maior economia possível, uma vez que tal postura, além de estar em total acordo com as boas práticas de gestão ambiental, proporciona redução de custos ao erário; assim como:

32.4.1. Comunicar à Contratante sobre os equipamentos com mau funcionamento ou danificados, como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbidos excessivos em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas;

32.5. Prevenir a poluição e o desperdício dos recursos naturais, que são de fundamental importância à manutenção da vida terrestre e ao desenvolvimento das atividades produtivas, que sinalizam limitações futuras da economia mundial e do bem estar humano;

32.6. Prevenir acidentes de trabalho através da utilização de EPI/EPC adequado à tarefa executada e ao resíduo que está sendo manejado.

33. DAS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

33.1. A empresa Contratada deverá cumprir rigorosamente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis à atividade contratada.

33.2. As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, sem prejuízos a demais normas regulamentadoras e orientações do ministério do trabalho quanto a segurança e saúde do trabalho:

• NR 1 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

• NR 4 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO

A finalidade dessa NR é promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local onde executa suas atividades. Uma das exigências da norma na hora de estabelecer o SESMT diz respeito à habilitação e ao registro dos profissionais que irão compor esse serviço (Médico do Trabalho, Engenheiros e Arquiteto, Enfermeiro do Trabalho, Técnico

em Segurança do Trabalho e Auxiliar de Enfermagem do Trabalho). Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora - NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho

- **NR 5 – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES – CIPA**

Essa NR objetiva prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, zelando pela vida e promovendo a saúde dos trabalhadores. A norma trata, entre outros aspectos, da eleição de representantes para a comissão tanto por parte dos empregados quanto dos empregadores.

- **NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI**

Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora - NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho

- **NR 7 - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL**

Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores.

- **NR 9 - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS**

Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

- **NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES**

Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. O exercício de trabalho em condições de insalubridade, de acordo com os subitens, assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo.

- **NR 16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS**

São consideradas atividades e operações perigosas as constantes dos Anexos desta Norma Regulamentadora - NR.

- **NR 17 – ERGONOMIA**

Esta Norma Regulamentadora visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

- **NR 23 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS**

Todos os empregadores devem adotar medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis.

- **NR 24 - CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO**

- **NR 26 - SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA**

Devem ser adotadas cores para segurança em estabelecimentos ou locais de trabalho, a fim de indicar e advertir acerca dos riscos existentes. As cores utilizadas nos locais de trabalho para identificar os equipamentos de segurança, delimitar áreas, identificar tubulações empregadas para a condução de líquidos e gases e advertir contra riscos, devem atender ao disposto nas normas técnicas oficiais. A utilização de cores não dispensa o emprego de outras formas de prevenção de acidentes.

- **NR 28 - FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES**

33.3. Serviços prestados em desconformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego estarão sujeitos às sanções e penalidades legais aplicáveis;

33.4. A Contratada que descumprir alguma das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis à atividade do presente contrato, durante a vigência deste, sofrerá sanções conforme tabela abaixo (por descumprimento entende-se a infração a qualquer cláusula de uma Norma

Regulamentadora):

Quantidade de infrações	Sanção
01 norma descumprida	Advertência
de 02 a 04 normas descumpridas	Multa no valor de 0,2% do valor do contrato
de 05 a 07 normas descumpridas	Multa no valor de 0,5% do valor do contrato
de 08 a 10 normas descumpridas	Multa no valor de 1% do valor do contrato
mais de 10 normas descumpridas	Rescisão do Contrato

33.5. As Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho estão disponíveis no sítio eletrônico do próprio Ministério Público do Trabalho, no endereço trabalho.gov.br;

33.6. O fiscal do contrato deverá exercer o controle e conferir se a empresa contratada está agindo de acordo com a legislação vigente.

33.7. As infrações são cumulativas durante a vigência do contrato.

33.7.1. Caso a Contratada cometa alguma infração (descumprimento de uma cláusula de qualquer Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho aplicável à atividade contratada) sofrerá advertência. A partir do cometimento de uma segunda infração a Contratada já receberá a sanção de multa no valor de 0,2% do valor do contrato, até o limite de quatro infrações. A partir da quinta infração receberá outra sanção além daquela recebida anteriormente, conforme quadro do item 31.4, e assim sucessivamente, até uma possível rescisão contratual por culpa da Contratada.

34. DA SUBCONTRATAÇÃO

34.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto licitatório, nem transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.

35. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

35.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 35.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 35.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 35.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 35.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 35.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 35.1.6. Apresentar documentação falsa;
- 35.1.7. Deixar de entregar os documentos exigidos;

35.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 35.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 35.2.2. Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;
- 35.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Pelotas, pelo prazo de até dois anos;
- 35.2.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

35.3. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

35.4. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

35.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação: a. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos; b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

35.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

35.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

35.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

35.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

35.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

35.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

36. DA GARANTIA CONTRATUAL

36.1. Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, em uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia; ou
- c. Fiança bancária.

36.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato. Caso a garantia não seja apresentada nesse prazo, a Contratante fica autorizada a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

36.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total da proposta por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

36.4. Será exigida garantia adicional, caso configurada a hipótese prevista do § 2º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993.

36.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, e deverá ser renovada em caso prorrogação contratual.

36.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 36.6.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 36.6.2. prejuízos causados à Contratante, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 36.6.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.
- 36.6.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

36.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

36.8. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal mediante depósito identificando o crédito em nome da Fundação Universidade Federal de Pelotas, com correção monetária.

36.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

36.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

36.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

36.12. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

36.13. Após três meses do fim da execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

36.14. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

36.15. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no item 1.2, 'c', do anexo VII-B da IN SLTI/MPDG nº 05, de 2017, observada a legislação que rege a matéria, quando for o caso.

36.16. Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

36.17. Será considerada extinta a garantia:

- 36.17.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

36.17.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

37. DAS HIPÓTESES DE RETENÇÃO DA GARANTIA E DE CRÉDITOS DA CONTRATADA

37.1. Quando da rescisão dos contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o fiscal administrativo deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou dos documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

37.2. Até que a contratada comprove o disposto no artigo anterior, o órgão ou entidade contratante deverá reter:

- I. a garantia contratual, conforme art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- II. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

37.3. Na hipótese prevista no inciso II do caput, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

37.4. O órgão ou entidade poderá ainda:

- I. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela contratada, reter a garantia prestada a ser executada conforme legislação que rege a matéria; e
- II. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da contratada decorrentes do contrato.

37.5. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

38. DA RESCISÃO CONTRATUAL

38.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- 38.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- 38.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações do termo de referência, projetos e prazos;
- 38.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- 38.1.4. o atraso injustificado no início do serviço;
- 38.1.5. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- 38.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- 38.1.7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 38.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 38.1.9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- 38.1.10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
- 38.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- 38.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- 38.1.13. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 38.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas

desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

38.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

38.1.16. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

38.1.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

38.1.18. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

38.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

38.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

38.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos 18.1.1 a 18.1.12, 18.1.17 e 18.1.18 desta cláusula;

38.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

38.3.3. judicial, nos termos da legislação.

38.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, bem como:

38.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

38.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

38.4.3. Indenizações e multas.

38.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 18.1.12 a 18.1.17 desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

38.5.1. devolução da garantia;

38.5.2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

38.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

38.7. O presente contrato resolve-se de pleno direito, nos termos do artigo 474 do Código Civil, caso venha a ocorrer adjudicação e contratação de vencedor de licitação promovida para o mesmo objeto deste contrato, selecionando contratado a título definitivo.

39. DAS VEDAÇÕES

39.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

40. MEDIDAS ACAUTELADORAS

40.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

41. DOS CASOS OMISSOS

41.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

42. DA PUBLICAÇÃO

42.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

43. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

43.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Pelotas - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

43.2. Fica permitido a possibilidade de cessão dos créditos decorrentes desta contratação de que trata a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020.

43.3. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as

partes e as testemunhas a seguir firmam o presente Contrato na forma eletrônica, para um só efeito.

Partes:

Contratante: Nome, Cargo

Contratada: Nome, Cargo

Testemunhas:

Nome, Cargo (CPF):

Nome, Cargo (CPF):

Referência: Processo nº 23110.028319/2020-18

SEI nº 1207004